

Previdência Nacional

ANO 4 - Nº 16

A revista das previdências do Brasil



INVESTIMENTOS

Mais clara e objetiva, nova resolução altera algumas regras e acaba com fundos previdenciários

NOVA GESTÃO

Planos de Dilma para a Previdência ainda são uma incógnita, mas alguns sinais já apareceram

PESQUISA

Abipem vai premiar trabalhos teóricos sobre Previdência

O MINISTRO DE DILMA

Garibaldi Alves Filho assume o Ministério da Previdência Social com a missão de dar continuidade à linha adotada no governo Lula e, na visão dos RPPS, deverá fortalecer politicamente a pasta



Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC Deficiente Auditivo ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933

**Para as melhores soluções
em Investimentos,
o Poder Público pode contar
com a Presença do Bradesco.**

Só o Bradesco pode oferecer, a Órgãos Públicos e Entidades, alternativas exclusivas de Investimento, com atendimento especializado e transparência. O compromisso é buscar bons resultados com máxima segurança e liquidez. São mais de 50 Gerentes de Investimentos estrategicamente à disposição em todo o País e a facilidade do site bradescopoderpublico.com.br ou de uma Agência sempre perto de você.



Bradesco



PÁTRIA**PREV**

Para falar diretamente com o seu público, você precisa de uma comunicação que tenha a cara da sua empresa. A Pátria Editora desenvolve soluções editoriais para todos os segmentos, desde o conteúdo e forma até a entrega da publicação aos leitores, cuidando inclusive da sua comercialização. São matérias, artigos, imagens que representam o seu negócio em forma de revista. **NÃO É À TOA QUE NÓS ENTENDEMOS DO QUE VOCÊ FAZ.**



CAPA

Novo ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho terá missão de dar continuidade à linha adotada na gestão Lula

Foto de capa: Agência Brasil



NOVO GOVERNO

Ausente dos debates eleitorais, plano de gestão da Previdência da presidente eleita Dilma Rousseff ainda é uma incógnita



INVESTIMENTOS

Nova resolução do CMN altera regras da 3790 e acaba com fundos previdenciários

- | | | | | | |
|----|--|----|--|----|--|
| 6 | Sumário | 33 | Institutos de Estados cujos governadores vão mudar fazem um balanço da gestão dos últimos 4 anos | 46 | Programa auxilia municípios no combate ao analfabetismo |
| 7 | Carta ao leitor | 37 | Advogada Karina Spechoto lança livro sobre os RPPS | 50 | Esportes e atividades físicas atraem cada vez mais o público da terceira idade |
| 8 | Expediente | 40 | Projeto do governo federal leva para as salas de aula a educação previdenciária | 54 | Confira o comportamento das aplicações |
| 10 | Abipem lança 1º Congresso voltado para trabalhos teóricos sobre temas previdenciários | 42 | Crise obriga Irlanda a baixar um plano de austeridade que atinge salários e aposentadorias | 64 | Lista de entrevistados |
| 13 | Anuário da Previdência de 2009 inclui panorama completo sobre os RPPS no país | 45 | Coluna de Jorge Felix | 66 | Agenda |
| 23 | Escolha de Alexandre Tombini para o BC é bem recebida pelo mercado, mas expectativa de juros altos em 2011 permanece | | | | |

Previdência Nacional

A revista das previdências do Brasil

A virada de ano trouxe novidades importantes para a área de Previdência Social no Brasil e todas elas são abordadas com destaque neste número da revista, o primeiro de 2011. Para começar, temos a escolha do novo ministro da Previdência, Garibaldi Alves, que vai comandar a pasta na gestão da presidente Dilma Rousseff. Entrevistamos o novo ministro um dia após anunciado o seu nome para cargo, em dezembro. Na ocasião, o então senador pelo estado do Rio Grande do Norte contou que uma das solicitações da presidente ao convidá-lo para o cargo foi dar continuidade à linha adotada no governo Lula. A definição do novo ministro foi bem recebida pelos representantes de regimes próprios.

Também fomos buscar informações sobre os planos da presidente Dilma Rousseff para a área previdenciária durante seu mandato, uma vez que o tema passou ao largo dos debates da campanha eleitoral. Na época de fechamento desta edição ela ainda não havia tomado posse – e, portanto, ainda não falava como presidente –, mas por meio de declarações feitas sobre o assunto em diferentes momentos foi possível apresentar a você alguns pontos de vista manifestados por Dilma sobre a questão previdenciária.

Além das mudanças na Presidência da República e no Ministério da Previdência Social, o fim de 2010 marcou também a edição de uma importante medida para os RPPS: a da Resolução 3.922, que substitui a 3.790 com uma redação mais clara e objetiva sobre regras para investimentos dos regimes próprios, como reivindicava o setor. A nova resolução altera algumas regras e acaba com os fundos previdenciários, como mostra nossa reportagem, na qual você poderá conferir ainda como as mudanças foram recebidas pelo mercado e pelas lideranças dos institutos de RPPS.

Os investimentos também são o foco de outra reportagem, desta vez no contexto mais amplo, considerando o início da gestão Dilma Rousseff, a escolha de Alexandre Tombini para substituir Henrique Meirelles na presidência do Banco Central e as perspectivas em relação à situação da economia no Brasil e no exterior.

Estas e muitas outras questões importantes para a área de Previdência no Brasil aguardam por você.

Boa leitura!

Valnei Rodrigues
Presidente da Abipem

Previdência Nacional

A revista das previdências do Brasil

ABIPEM (WWW.ABIPEM.ORG.BR)

DIRETORIA

Presidente: **Valnei Rodrigues**
Vice-Presidente: **Roberto da Silva Oliveira**
Secretário: **Samuel Mendes de Oliveira**
Tesoureiro: **Demetrius Ubiratan Hintz**
Vice Sul: **Rejani Cristina Kruczewski**
Vice Norte: **Raulison Dias Pereira**
Vice Nordeste: **Osório Chalegre de Oliveira**
Vice Sudeste: **Antônio Scamati**
Vice Centro-Oeste: **Moacyr Salles**

CONSELHO FISCAL

José Augusto Ferreira de Carvalho
José de Anchieta Batista
Carlos Xavier Schramm

APEPREM (WWW.APEPREM.COM.BR)

DIRETORIA

Presidente: **Lucia Helena Vieira**
Vice-presidente: **Antônio Scamatti**
1ª Secretário: **Kleber Vicente**
2ª Secretário: **Edson Andrella**
1º Tesoureiro: **Alexander Mognon**
2º Tesoureiro: **Onésimo Canos Silva Junior**

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Titulares

André Donizete da Silva, André Luiz da Silva Mendes, Antonio Correa, Eliane Valim dos Reis, João Carlos Figueiredo, Jonas Baldissera, Luiz Carlos dos Santos, Márcia Regina Moralez, Moacir Benedito Pereira, Paulo César Pinto de Oliveira, Paulo Vicentino, Roberto de Oliveira, Sebastião Benedito Gonçalves, Solange Maria Maximiano Pádua, Terezinha Tadeu Pires.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Suplentes

Antonio Carlos Molina, Baltazar Pereira dos Santos, Carlos Alberto da Silva, Claudia Juliana Ribeiro, Ezequiel Guimarães de Almeida, Rudnei de Paulo Silva, Vandrê Lencioni de Camargo, Wilson Luiz Franco Britto

CONSELHO FISCAL

Titulares

Edmilson Martins, José Tomaz, Nelson Rodrigues de Mello.

CONSELHO FISCAL

Suplentes

Luiz Roberto Lopes de Souza, Varlino Mariano de Souza.

EDITORIA



JB Pátria Editora Ltda.

Presidente: **Jaime Benutte**
Diretor: **Iberê Benutte**
Administrativo/Financeiro: **Gabriela S. Nascimento**
Comercial: **Rosana Gazola**
Marketing e Circulação: **Erica Lujan**
Jornalista: **Kelly Souza**

PREVIDÊNCIA NACIONAL

Publisher: **Jaime Benutte**

Conselho Editorial: **André Luiz Goulart, Demetrius Ubiratan Hintz, Wellington Costa Freitas (Abipem); João Carlos Figueiredo, Lúcia Helena Viera, Magadar Rosália Costa Briguet (Apeprem); Paulo Henrique Pastori (Regime Geral); Jarbas Antonio de Biagi (Previdência complementar)**

Editora: **Maria Alice Rosa - MTB 65-691**

Projeto Gráfico e arte:

Belatrix Ltda.

Diretor de Arte: **Marcelo Paton**

Assistentes de Arte: **Gabriel de Moraes Luiz e Vanessa Hamazaki**

Impressão: **IBEP - Tiragem: 40.000 exemplares**

Empresa filiada à Associação Nacional dos Editores de Publicações, Anatec



A revista **PREVIDÊNCIA NACIONAL** é uma publicação bimestral da JB Pátria Editora.

www.patriaeditoria.com.br

ISSN 2178-0978

Dúvidas ou sugestões: previdencianacional@patriaeditoria.com.br

Os textos assinados são da responsabilidade de seus autores. Não estão autorizados a falar pela revista, bem como retirar produções, pessoas que não constem deste expediente e não possuam uma carta de referência.

O melhor negócio para o seu negócio.



Conheça as oportunidades criadas pelo TrendBank para fazer crescer ainda mais seu negócio.

Descubra nossos diferenciais em operações com Recebíveis, Prestação de Serviços e Assessoria Financeira.

São Paulo

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2055 - 11º
CEP 01451-000 - São Paulo - SP
Tel.: 55 11 3039-5900

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1993 - 3º
CEP 01451-000 - São Paulo - SP
Tel.: 55 11 3094-3461

Ribeirão Preto

Edifício Times Square
Av. Pres. Vargas, 2121 - 12º/ 1201
CEP 14020-260 - Ribeirão Preto - SP
Tel.: 55 16 3621-9001

Porto Alegre

Av. Dom Pedro II, 367 - 101/102
CEP 90550-142 - Porto Alegre - RS
Tel.: 55 51 3337-6652

Fortaleza

Office Plaza Business Center
R. Vicente Linhares, 500 - 5º - 507
CEP 60135-27 - Fortaleza - CE
Tel.: 55 85 3198-9820

Gestão de Negócios
Securitização de Recebíveis
Investment Banking
Trend Fornecedores



**Não perca tempo.
Fale conosco.**

www.trendbank.com.br

Avanço no conhecimento

Em mais um passo na busca de disseminação do conhecimento para os RPPS, a Abipem lança o 1º Congresso Nacional de Pesquisa Previdenciária, que vai premiar os melhores trabalhos sobre o tema realizados em todo o país

Se existe uma espécie de marca registrada da atuação da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais, com certeza ela se chama “disseminação do conhecimento”. Assim como o trabalho permanente na busca de conquistas para os Regimes Próprios junto ao Poder Público, que já resultou em inúmeras medidas em benefício do segmento, o compromisso com o desenvolvimento de uma cultura

Premiação ocorrerá em junho, durante o 45º Congresso Nacional da Abipem

previdenciária no país é irrefutável, e bem mais visível aos olhos dos associados e do mercado de RPPS. A busca de canais de comunicação já resultou na criação de site, revista, livros e um

calendário intenso de congressos e seminários por todo o Brasil. Agora, a Abipem dá mais um passo importante na determinação de tornar mais abrangente e aprofundado o conhecimento sobre temas previdenciários. Com a realização do 1º Congresso Nacional de Pesquisa Previdenciária, a Abipem passará a estimular e divulgar a produção de trabalhos teóricos realizados em todo o território brasileiro que possam proporcionar um conhecimento ainda maior à toda a cadeia envolvida com os RPPS, contribuindo assim com a capacitação e profissionalização dos regimes próprios brasileiros. O Congresso, que ocorrerá simultaneamente ao 45º Congresso Nacional da Abipem, em junho de 2011, na cidade de Fortaleza, em data ainda a ser definida, vai premiar os três melhores trabalhos voltados para o tema “Previdência Social do Servidor Público: Desafios, Conquistas e Perspectivas”, e seus autores terão a oportunidade de apresentar suas obras no salão nobre



Roberta: “Todo esse trabalho, ao longo do tempo, vai ajudar a consolidar ainda mais os regimes próprios”

do Congresso Nacional, oferecendo subsídios aos legisladores na elaboração de leis voltadas para a Previdência do servidor público.

“O objetivo não é criar uma concorrência e sim agregar o maior número possível de trabalhos na área, possibilitando o compartilhamento de novas ideias e experiências práticas”, explica Roberta Cabral Medeiros, ex-conselheira da Abipem e idealizadora do projeto, além de presidente da comissão organizadora do congresso. “Acreditamos que este seja o pontapé inicial para que essa ideia seja difundida e aprofundada entre aqueles que têm interesse em desbravar esse campo tão pouco explorado como é a área da Previdência pública atualmente”, reforça o presidente da Abipem, Valnei Rodrigues. Qualquer interessado poderá participar. Gestores, estudantes, sejam universitários ou não, especialistas, atuários, pesquisadores. As inscrições estarão abertas entre os dias 10 de janeiro e 30 de março por meio do endereço eletrônico www.abipem.org.br/congressodepesquisa. No local, também será possível encontrar o regulamento completo e as normas de elaboração e apresentação dos trabalhos. Após o cadastro, é fornecido um número de inscrição.

As melhores pesquisas serão premiadas com um notebook para o primeiro lugar, um netbook para o segundo, um iPhone para o terceiro, além de prêmio em dinheiro para cada um, e os trabalhos serão divulgados nas edições da revista Previ-

dência Nacional. Além disso, todos os trabalhos apresentados vão compor um livro, que será distribuído durante o 45º Congresso da Abipem, ocasião em que serão feitas as premiações. “Com esse projeto, a Abipem pretende avançar ainda mais na discussão e na produção do conhecimento, seja na área teórica ou prática, já que muitos gestores e pessoas ligadas ao tema vão apresentar suas experiências e soluções”, diz Roberta.

O tema de pesquisa dos trabalhos conta ainda

Trabalhos premiados serão apresentados no salão nobre do Congresso Nacional

com cinco eixos temáticos que podem ser escolhidos pelos participantes. São eles: projetos bem-sucedidos: problemas e soluções aplicadas; projetos em tese: soluções ainda não aplicadas; garantias sociais: indagações e estudos a respeito dos direitos envolvidos na Previdência social do servidor público; regulamentações necessárias: propostas de normas que possam efetivar melhorias e solucionar impasses; e indagações e dificuldades: apresentação de problemas ainda sem soluções.

O regulamento prevê que cada autor poderá apresentar mais de uma proposta de trabalho. Se for selecionada mais de uma, a comissão op-



Rodrigues, presidente da Abipem: “Queremos despertar um olhar científico para as questões que envolvem a Previdência, desencadeando assim o seu avanço”

tará pela apresentação de somente uma delas, já que todos os selecionados terão a oportunidade de detalhar seus estudos no congresso de pesquisa previdenciária. Também será permitida a realização de trabalhos em coautoria. Os trabalhos deverão ser apresentados de duas maneiras: texto completo e resumo, que deverá conter um mínimo de 400 e um máximo de 500 palavras. O resumo deverá

Inscrição pode ser feita pelo site da Abipem e é aberta a todos os interessados

abranjer introdução, objetivo, metodologia, breve relato do conteúdo da pesquisa e o eixo temático. Já o texto completo deve possuir um mínimo de 4.000 e máximo de 5.000 palavras, em forma de artigo, com os seguintes tópicos: objetivos, metodologia, problemática anunciada devidamente desenvolvida, resultados da pesquisa e as referências bibliográficas. Os

autores também devem observar as exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigor.

Os trabalhos serão avaliados por uma comissão científica composta por professores e especialistas na área previdenciária e de pesquisa científica, à qual caberá a definição de aceitar ou não dos trabalhos para apresentação. “Este projeto é um embrião que, com certeza, vai andar sozinho. Todo esse trabalho, ao longo do tempo, vai prosperar e, assim, ajudar a consolidar ainda mais os regimes próprios”, diz Roberta. “Queremos despertar um olhar científico para as questões que envolvem a Previdência, desencadeando assim o seu avanço”, resume Rodrigues.

RV

Iº Congresso Nacional de Pesquisa Previdenciária

“Previdência Social do Servidor Público: Desafios, Conquistas e Perspectivas”

De 10/01 a 30/03/11

Inscrição dos trabalhos no site www.abipem.org.br/congressodepesquisa e envio dos resumos

Até 10/05/11

Avaliação dos resumos enviados

12/05/11

Divulgação dos trabalhos selecionados para publicação e apresentação no Congresso

De 12/05 a 30/05/11

Envio dos textos completos

Junho de 2011

Premiação

Raio-X da Previdência

Anuário da Previdência de 2009, já disponível no site do Ministério, mostra um crescimento de 3,76% no número de contribuintes e oferece um panorama completo dos RPPS

Um verdadeiro Raio-X do sistema previdenciário brasileiro já está atualizado e disponível para consulta na página de internet do Ministério da Previdência Social (MPS). A 18ª edição do Anuário Estatístico da Previdência Social, poderosa e eficiente ferramenta de consulta, foi publicada no início de novembro e traz informações relacionadas ao período de 2009. O documento apresenta dados estatísticos oficiais sobre número de contribuintes, distribuição de contribuintes por regiões, concessão de benefícios e resultados financeiros, entre outros, tanto no Regime Geral como no Regime Próprio de Previdência. No Regime Geral, o anuário mostra um aumento de 3,76% no número de contribuintes de 2008 para 2009, totalizando 57,7 milhões de pessoas. O avanço representa a inclusão de 2 milhões de novos segurados no sistema. Já o número de contribuintes empregados, com carteira assinada, ultrapassou 45,2 milhões, enquanto os outros contribuintes somaram 12,4 milhões. O balanço também revela que o número médio mensal de contribuintes da Previdência passou de 39,9 milhões para 41 milhões de pessoas, um acréscimo de 3,52%.

O documento aponta ainda que 59,8% dos trabalhadores empregados que mantêm suas contribuições regulares ao INSS têm renda de até dois salários mínimos (R\$ 1.020,00) e 17,5% recebem entre dois e três mínimos (R\$ 1.530,00). Contribuintes com renda superior a oito salários mínimos somaram 5,5% do total de trabalhadores integrados à Previdência Social.

A Previdência concedeu, no ano passado, 4,470 milhões de benefícios em todo o país, enquanto as novas aposentadorias somaram 1.071.041.

Em 2009 a Previdência Social concedeu 1.616 benefícios no valor de R\$ 928 mil relativos a acordos internacionais, o que correspondeu a um acréscimo de 88,3% na quantidade de contribuintes e de 100,5% no valor, em relação a 2008. Em 2009 foram realizados 7,7 milhões de exames médicos periciais, dos quais 66,9% tiveram conclusão favorável e 83,7% deste total

resultou na concessão de doença. Foram registrados 723,5 mil acidentes do trabalho – 77,1% envolvendo homens e 22,9%, mulheres –, um recuo de 4,3% se comparado com 2008.

No caso dos Regimes Próprios de Previdência Social, a quantidade total de servidores dos atingiu 9,83 milhões em 2009, com 4,97 milhões servidores lotados nos governos estaduais, o que representa 51% do total de servidores; 0,83 milhão servidores nas capitais, ou 8% do total; 2,02 milhões nas cidades do interior, representando 21% do total; e 2,01 milhões lotados no governo federal – 20% do total.

Quanto à distribuição dos sistemas de Previdência por regiões, o Sudeste mantém em torno de 58% dos municípios integrados ao Regime Geral de Previdência Social e 32%, ao RPPS. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, a maioria dos municípios tem RPPS, em torno de 45%, e o RGPS fica com algo em torno de 33%. Já nas regiões Norte e Nordeste, a proporção do RGPS é maior, em torno de 75%, e a do RPPS, em torno de 21%. Os percentuais restantes para completar 100% se referem, segundo o Ministério, a regimes próprios em extinção. Os dados completos do anuário Estatístico da Previdência Social estão disponíveis no site www.previdencia.gov.br, na seção “Estatísticas”. Confira a seguir as tabelas referentes aos regimes próprios.

Em 2009, a quantidade total de servidores dos Regimes Próprios de Previdência Social atingiu 9,83 milhões

PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO - RPPS

Total de servidores por tipo de servidor - 2007/2009

1. Estados e municípios				
Ano	Total	Ativos	Inativos	Pensionistas
2007	7.386.480	5.242.389	1.572.644	571.447
2008	7.726.951	5.354.607	1.695.939	676.405
2009	7.822.498	5.416.801	1.725.608	680.089

2. União				
Ano	Total	Ativos	Inativos	Pensionistas
2007	2.096.199	1.118.260	529.563	448.376
2008	2.112.622	1.129.280	530.695	452.647
2009	2.007.284	1.067.861	537.136	402.287

3. Governos estaduais				
Ano	Total	Ativos	Inativos	Pensionistas
2007	4.925.479	3.266.547	1.215.437	443.495
2008	5.063.100	3.218.320	1.310.790	533.990
2009	4.972.945	3.141.700	1.301.896	529.349

4. Governos municipais nas capitais				
Ano	Total	Ativos	Inativos	Pensionistas
2007	750.242	525.436	163.506	61.300
2008	812.876	579.617	168.641	64.618
2009	832.184	591.845	174.715	65.624

5. Governos municipais nos municípios do interior				
Ano	Total	Ativos	Inativos	Pensionistas
2007	1.710.759	1.450.406	193.701	66.652
2008	1.850.975	1.556.670	216.508	77.797
2009	2.017.369	1.683.256	248.997	85.116

6. Quantidade de municípios por tipo de regime				
Anos	Total	RGPS	RPPS	RPPS em Extinção
2007	5.590	3.360	1.908	322
2008	5.590	3.368	1.897	325
2009	5.590	3.354	1.901	335

Resultado Previdenciário – 2007/2009

7. Total			
Anos	Receita previdenciária (R\$ mil)	Despesa previdenciária (R\$ mil)	Resultado previdenciário (R\$ mil)
2007	34.875.228	55.698.536	-20.823.308
2008	38.111.362	62.339.529	-24.228.168
2009	43.423.138	67.233.365	-23.810.227

8. Governos estaduais			
Anos	Receita previdenciária (R\$ mil)	Despesa previdenciária (R\$ mil)	Resultado previdenciário (R\$ mil)
2007	24.616.673	46.499.814	-21.883.141
2008	26.031.938	51.609.934	-25.577.996
2009	28.405.305	54.346.643	-25.941.338

9. Governos municipais nas capitais			
Anos	Receita previdenciária (R\$ mil)	Despesa previdenciária (R\$ mil)	Resultado previdenciário (R\$ mil)
2007	3.797.255	5.409.694	-1.612.439
2008	4.520.770	6.284.595	-1.763.825
2009	5.002.749	6.978.308	-1.975.559

10. Governos municipais nos municípios do interior			
Anos	Receita previdenciária (R\$ mil)	Despesa previdenciária (R\$ mil)	Resultado previdenciário (R\$ mil)
2007	6.461.300	3.789.028	2.672.272
2008	7.558.654	4.445.000	3.113.654
2009	10.015.084	5.908.414	4.106.670

Resultado Operacional – 2007/2009

11. Total			
Anos	Receita Operacional (R\$ Mil)	Despesa Operacional (R\$ Mil)	Resultado Operacional (R\$ Mil)
2007	37.016.092	55.698.536	-18.682.444
2008	40.443.090	62.339.529	-21.896.439
2009	45.968.007	67.233.365	-21.265.357

12. Governos estaduais			
Anos	Receita Operacional (R\$ Mil)	Despesa Operacional (R\$ Mil)	Resultado Operacional (R\$ Mil)
2007	26.757.537	46.499.814	-19.742.277
2008	28.363.666	51.609.934	-23.246.268
2009	30.950.175	54.346.643	-23.396.468

13. Governos municipais nas capitais			
Anos	Receita Operacional (R\$ Mil)	Despesa Operacional (R\$ Mil)	Resultado Operacional (R\$ Mil)
2007	3.797.255	5.409.694	-1.612.439
2008	4.520.770	6.284.595	-1.763.825
2009	5.002.749	6.978.308	-1.975.559

14. Governos municipais nos municípios do interior			
Anos	Receita Operacional (R\$ Mil)	Despesa Operacional (R\$ Mil)	Resultado Operacional (R\$ Mil)
2007	6.461.300	3.789.028	2.672.272
2008	7.558.654	4.445.000	3.113.654
2009	10.015.084	5.908.414	4.106.670

Investimentos

15. Investimento dos rpps, segundo segmento e tipo de ativo - posição em dezembro 2007/2009			
Segmento e tipo de ativo	2007	2008	2009
Total	32.213.406	39.622.603	44.256.534
Renda fixa	31.662.745	39.036.534	42.717.230
Renda variável	550.661	586.069	1.539.304

NOTAS:

Tabelas 1, 3, 4 e 5

- Total de entes com RPPS e RPPS em extinção = 2.243, total de entes com informação em 2007 = 2.139, 2008 = 2.121 e 2009 = 1.851.

- Valores de alguns estados foram considerados por estimativa, pois os entes ainda não enviaram as informações.

FONTE: CGEEI/DRPSP/SPS/MPs - CADPREV - Demonstrativo Previdenciário.

Tabela 2

- Os Militares, BACEN, MPU, Legislativo e Judiciário estão sendo atualizados de acordo com a Portaria 2.700 da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

FONTE: SRH/MP e STN/MF - http://www.servidor.gov.br/publicacao/boletim_estatistico/bol_estatistico.htm

Tabela 6

FONTE: MPS/SPS/ Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público/CGEEI - Demonstrativo Previdenciário.

Tabelas 7, 8, 9 e 10

- Receitas = contribuições previdenciárias patronal e dos servidores ativos e inativos, e dos pensionistas.

- Despesas = pagamento dos proventos e pensões.

- Resultado = Receitas - Despesas.

- Nos RPPS dos governos estaduais as informações referem-se a servidores civis e militares.

- As contribuições Patronal e da Unidade Gestora dos civis foram calculadas considerando-se o dobro do valor da contribuição do servidor ativo.

- Total de entes com RPPS e RPPS em extinção = 2.243, total de entes com informação em 2007 = 2.139, 2008 = 2.121 e 2009 = 1.851.

- Os dados para Estado do Paraná foram obtidos

no site do Governo do Estado do Paraná (<http://www.gestaodineiropublico.pr.gov.br/Gestao/responsabilidade/RespFiscal.jsp>)

- Valores de alguns estados foram considerados por estimativa, pois os entes ainda não enviaram as informações.

FONTE: CGEEI/DRPSP/SPS/MPs - CADPREV - Demonstrativo Previdenciário

Tabelas 11, 12, 13 e 14

- Receitas = todas as contribuições previdenciárias + aplicações de recursos + recebimentos de compensação financeira + outras.

- Despesas = pagamento dos proventos e pensões + administrativas + aplicações de recursos + pagamentos de compensação financeira + outras.

- Resultado = Receitas - Despesas.

- Nos RPPS dos governos estaduais as informações referem-se a servidores civis e militares.

- As contribuições Patronal e da Unidade Gestora dos civis foram calculadas considerando-se o dobro do valor da contribuição do servidor ativo.

- Total de entes com RPPS e RPPS em extinção = 2.243, total de entes com informação em 2007 = 2.139, 2008 = 2.121 e 2009 = 1.851.

- Os dados para Estado do Paraná foram obtidos no site do Governo do Estado do Paraná (<http://www.gestaodineiropublico.pr.gov.br/Gestao/responsabilidade/RespFiscal.jsp>)

- Valores de alguns estados foram considerados por estimativa, pois os entes ainda não enviaram as informações.

FONTE: CGEEI/DRPSP/SPS/MPs - CADPREV - Demonstrativo Previdenciário.

Tabela 15

FONTE: MPS/SPS/ Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público/CGEEI - Demonstrativo Financeiro.

Garibaldi Alves Filho: "Todo o cabedal político que adquiri eu vou colocar a serviço da Previdência"



Continuidade, a missão do novo ministro

Escolhido para comandar o Ministério da Previdência a partir de 1º de janeiro, Garibaldi Alves Filho diz que um dos primeiros pedidos da presidente Dilma Rousseff foi para ele manter a linha adotada no governo Lula

Edinaldo Andrade



Rodrigues, presidente da Abipem: "Ministério ganhou em representatividade política com a escolha de Garibaldi"

A pesar dos 45 anos de vida pública, tendo sido eleito duas vezes governador do Rio Grande do Norte e três vezes senador, o novo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), anunciado para o cargo em dezembro pela presidente eleita Dilma Rousseff, vai estrejar em um Ministério. A partir de 1º de janeiro, o senador será o 25º homem na história do país a comandar o Ministério da Previdência Social (MPS). O peemedebista, que teria sido indicado pelo partido e é considerado um dos nomes da "cota" participação no Executivo relacionada ao vice-presidente eleito Michel Temer (PMDB), diz que, ao fazer o convite, a presidente solicitou que seja dada continuidade ao trabalho que já vem sendo feito na pasta. Em entrevista concedida à revista **Previdência Nacional** um dia após ter seu nome oficializado para o Ministério, Garibaldi Alves afirmou que Dilma Rousseff considerou como primeiro desafio a expansão dos serviços previdenciários. "A presidente tem a preocupação de expandir o atendimento aos segurados, principalmente com a extinção das filas, marcação de consultas e a expansão da rede de agências do INSS", contou o novo ministro. Garibaldi disse que encara a nova função como um desafio. "É algo que vai me levar

a usar toda a minha experiência. Todo o cabedal político que adquiri eu vou colocar a serviço da Previdência, para que possa realizar, ao lado de uma equipe que eu sei que existe no Ministério e no INSS, um trabalho que venha a contemplar os interesses de milhões de pessoas que vivem em torno da Previdência", diz.

Garibaldi também mencionou alguns desafios que a Previdência enfrenta atualmente, mas que, segundo ele, não são restritos apenas ao Brasil. "As pessoas estão vivendo mais tempo. Isso significa que nós teremos que olhar cada vez mais para os mais velhos, observando ao mesmo tempo a taxa de natalidade, que diminui. É uma complexidade de fatores que terão de ser rigorosamente estudados e continuamente observados para que a gente não perca o bonde da história".

A escolha de Garibaldi foi bem recebida pelo presidente da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (Abipem). Para Valnei Rodrigues, o MPS ganhou em representatividade política com a escolha de Garibaldi. "Uma das preocupações que a gente tinha levantado nos últimos tempos era a pouca representatividade política dos ministros anteriores e o Garibaldi já é um senador de destaque, que tem uma força política maior. Isso vai agregar bastante valor na condução do

A trajetória do novo ministro

Garibaldi Alves Filho nasceu em 4 de fevereiro de 1947, em Natal, Rio Grande do Norte. Filho de Garibaldi Alves e Maria Vanice Chaves Alves, é o mais velho dos quatro filhos do casal. Kursou Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, concluindo o bacharelado no início da década de 70. É casado com Denise Pereira Alves, com quem tem dois filhos: Walter Pereira Alves (deputado estadual) e Bruno Pereira Alves (empresário). Além do Direito, o ministro também se dedicou ao jornalismo, área na qual ainda atua, apresentando programas de rádio e escrevendo artigos para jornais.

Disputa pela primeira vez uma eleição e obtém o primeiro mandato de deputado estadual

É reeleito deputado estadual

Eleito pela terceira vez consecutiva para o Legislativo Estadual

Disputa o quarto mandato como deputado estadual e é reeleito

É eleito prefeito de Natal

É eleito senador pela primeira vez

1970

1974

1978

1982

1985

1990

Ministério e na valorização dos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social)”, afirma.

O presidente da Abipem adiantou que, logo após a posse do novo ministro, a associação vai marcar uma audiência para apresentar um conjunto de reivindicações que incluem, entre outros pedidos, a criação de uma secretaria responsável pelos RPPSs. “Temos hoje cerca de 2 mil regimes próprios no país e apenas um departamento que cuida do assunto, que é o Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público. É uma infraestrutura muito pequena e modesta, e que não consegue atender à demanda”, revela.

O presidente da Abipem argumentou ainda que a criação de uma secretaria resultaria em maior autonomia para os regimes próprios. Ele também disse que pretende discutir com o novo ministro sobre a importância de um plano de ação que possibilite a expansão dos RPPS para municípios que ainda não contam com a sistema. “Vamos pedir o apoio formal para trabalhar na construção de novos RPPS Brasil afora. Acreditamos que nossa conversa será bastante positiva, porque ele é um homem de diálogo e tem um posicionamento político forte, além de ser uma liderança dentro do PMDB”, diz.

Apesar de Garibaldi ser considerado um ministro de perfil político e não técnico, Rodrigues

acredita que essa característica não comprometerá seu desempenho na pasta. “Basta ele se cercar de uma boa equipe técnica. Além do mais, esse perfil político fortalece o Ministério, atraindo os olhares para a pasta e isso, para nós, é muito importante.” A mesma opinião é compartilhada pela presidente da Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios (Apeprem), Lúcia Helena Vieira. Para ela, dar ao ministério um viés mais político é necessário, por conta da dimensão das atividades do ministro. “Também nos deixou feliz a manifestação pública que ele já fez no sentido de manter a equipe técnica atual da Previdência. Para os regimes próprios, esta é uma vantagem muito grande, por se tratar de um grupo de pessoas que têm ajudado na construção e fortalecimento do regime”, pontua.



Foto: Agência Brasil

Vence a eleição para governador do Rio Grande do Norte

Reelege-se governador do Rio Grande do Norte

Deixa o governo do Estado para concorrer novamente a uma vaga ao Senado. É eleito

Perde a eleição para o governo do Rio Grande do Norte

É eleito presidente do Senado e, consequentemente, do Congresso Nacional

É reeleito para o Senado

1994

1998

2002

2006

2008

2010

Previdência pós-Lula,



uma incógnita

Grande ausente nos debates da campanha eleitoral, a Previdência dos planos de gestão de Dilma Rousseff ainda é uma incógnita para os brasileiros, mas alguns sinais já apareceram nas entrevistas concedidas pela presidente eleita

Carlos Vasconcellos

Ilustração: Naléia

A escolha do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN) como novo ministro da Previdência Social na primeira quinzena de dezembro não serviu para tirar as dúvidas sobre qual política será adota pelo novo governo para o setor a partir de 2011. Afinal, o tema foi o grande ausente dos debates eleitorais e Garibaldi não é um político cuja carreira esteja particularmente ligada à Previdência. E o que pensa a nova presidente a respeito? Quando perguntada sobre o assunto, Dilma Rousseff sempre negou a possibilidade de realizar uma reforma na Previdência Social, atribuindo mais peso e prioridade às reformas política e tributária.

Em entrevista à Rádio CBN, durante a campanha do segundo turno, Dilma minimizou o déficit previdenciário, atribuindo o que seria um pequeno resultado negativo à concessão de aposentadorias rurais, determinadas pela Constituição independentemente das contribuições do trabalhador. Além disso, argumentou que o crescimento da economia elevava o volume total de contribuições e o Brasil também seria favorecido pelo que chamou de bônus demográfico: um contingente muito maior de cidadãos que trabalham e contribuem do que a população dependente, formada por crianças e idosos.

O item também ficou de fora do programa de governo apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral. Quando muito, Dilma falou genericamente em mudanças pontuais, sem especificar exatamente que modificações poderiam ser essas e muito menos qual sua real extensão. Não sem antes debater as mudanças com aposentados, prometeu ela. “Acredito que a reforma na Previdência apresenta algumas armadilhas, como aconteceu em alguns países onde houve uma corrida para aposentadoria (precoce). Defendo que a gente ajuste a Previdência sistematicamente. Vai ter que mudar as regras, vai ter que negociar essas mudanças de regras”, afirmou, em outra entrevista à CBN, em maio de 2010.

A revista Previdência Nacional procurou a

equipe de transição que prepara o terreno para a posse da nova presidente, que reiterou as declarações feitas anteriormente pela presidente eleita. Ou seja, nada de reforma da Previdência nos planos oficiais do governo.

Nossa reportagem também procurou a Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, onde, segundo reportagens publicadas nos jornais O Globo e O Estado de S.Paulo, estaria sendo criado um esboço de reforma a ser apresentado ao Congresso no fim do ano ou no começo do ano que vem. Segundo essas reportagens, para diminuir o impacto político desta iniciativa, essa reforma valeria apenas para os contribuintes que estão entrando agora no mercado de trabalho, sem mexer nos direitos adquiridos dos demais.

A proposta criaria um sistema em que a aposentadoria seria concedida a partir da soma do tempo de contribuição com a idade do trabalhador, de 105 anos para o homem e de 95 anos para a

“Defendo que a gente ajuste a Previdência sistematicamente. Vai ter que mudar as regras, vai ter que negociar essas mudanças”, disse Dilma em entrevista à CBN

mulher. Também estaria sendo estudada a possibilidade de criação de um fundo de aposentadoria complementar para os servidores públicos, de modo que o Tesouro pagasse aos funcionários públicos apenas o teto de aposentadoria do regime geral. Essa regra também valeria apenas para os novos servidores públicos e não para os antigos, de modo a não mexer com direitos adquiridos. Até o fechamento desta edição, no entanto, não tivemos retorno do Ministério da Fazenda para confirmação do projeto.

Para Valnei Rodrigues, presidente da Abipem (Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais), combinar idade e tempo de contribuição poderia ser um bom ponto de partida para discutir uma reforma previdenciária no País. “Seria uma saída

Dilma, em entrevista à CBN:
“Acredito que a reforma
na Previdência apresenta
algumas armadilhas”



para o governo, que quer evitar as aposentadorias precoces”, afirma. “Não acho impossível trabalhar com esse conceito de soma de idade com tempo de contribuição, é uma ideia realista. Eventualmente, a sociedade pode até ver como positiva uma mudança como essa.”

Rodrigues também não tem dúvidas ao afirmar que o momento de promover uma reforma da Previdência no Brasil é agora. Em primeiro lugar, argumenta ele, porque o governo que entra pode aproveitar o impulso político da eleição para conquistar o apoio do Congresso Nacional para aprovar a iniciativa. E em segundo, mas não menos importante, porque é mais fácil e menos doloroso fazer isso agora do que deixar para mais tarde.

“O Brasil precisa de uma grande reforma neste momento? Pelo cenário atual, eu diria até que não. Mas daqui a vinte anos vai precisar e é melhor corrigir as distorções agora do que

que o bônus demográfico do Brasil tem prazo de validade. “Essa curva demográfica vai mudar: a mão de obra jovem vai se reduzir e o número de aposentados no país vai crescer de forma gigantesca. Por isso, o momento é de aumentar a capitalização, tanto no regime geral quanto nos regimes próprios, para enfrentar essa situação mais tarde.”

O presidente da Abipem ressalta ainda que a associação dos regimes próprios quer tomar parte ativa nas discussões, caso o novo governo realmente decida tirar da gaveta um projeto de reforma. “Já encaminhamos uma carta com as propostas e reivindicações do nosso segmento para a presidente Dilma Rousseff”, conta.

Já Lúcia Helena Vieira, presidente da Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios (Apeprem), lamenta que a Previdência não tenha sido discutida mais profundamente na campanha pelos candidatos à

Uma das propostas que estariam em pauta é a concessão de aposentadoria a partir da soma do tempo de contribuição com a idade do trabalhador

deixar para depois, quando o custo vai ser muito maior”, continua. “Ou vamos esperar a água bater no queixo para aprender a nadar? Veja o custo político e social que a França está pagando por ter deixado para fazer a reforma quando a situação chegou ao limite”, alerta.

“Por enquanto, os jovens e os trabalhadores ativos são maioria”, diz Rodrigues, observando

presidência. “E menos ainda a Previdência dos servidores públicos”, ressalta. Ela acredita que alguns ajustes serão

necessários, não apenas do aumento da média de idade, mas também por causa da diferença de expectativa de vida entre homens e mulheres. “Se não for o caso de igualar, pelo menos deveriam diminuir essa diferença. Não sei ao certo qual medida deveria ser tomada, mas o assunto tinha que ser discutido com a sociedade.”

Há outros problemas pendentes de regulação

na área previdenciária. Um desses desafios, ressalta Lúcia, é a regulamentação da concessão de aposentadorias especiais. “Enquanto não houver uma lei para nortear a concessão dessas aposentadorias vamos continuar presenciando uma guerra nos tribunais”, afirma.

A presidente da Apeprem também defende a regulamentação das compensações previdenciárias. “Entre o INSS e os entes federativos e municipais está tudo bem, mas a compensação previdenciária entre os municípios ainda é deficiente”, reclama. Para isso, ela espera que o próximo governo finalize o projeto do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) dos regimes próprios de Previdência. “A base de dados não está concluída e o acesso deveria ser ampliado, para que um regime tivesse como cruzar informações com outros.”

Lúcia Helena acredita que o segmento de regimes próprios deveria ser mais bem tratado pelo governo federal, por ser um segmento que funciona e poderia servir de modelo para a Previdência do funcionalismo público. “Pela estrutura dos regimes próprios e por seus valores de capitalização, os RPPS já demonstraram o quanto são viáveis”, diz. “Foi um processo lento, mas desde a promulgação da Constituição de 1988 para cá conseguimos melhorias sensíveis nos regimes próprios e hoje, na verdade, os RPPS poderiam servir como um benchmark para a Previdência do setor público”, defende. Segundo a presidente da Apeprem, mecanismos de controle, como os certificados de regularidade previdenciária, os CRPs, ajudaram no processo de controle que levou solidez aos institutos de regimes próprios. “Foram instrumentos como esse que fizeram com que a Previdência dos servidores de municípios ficasse em melhor situação do que a dos servidores da União – o que prova que é possível, sim, fazer um sistema de Previdência sólido e de qualidade para o setor público”, afirma. “Acho que os RPPS, especialmente no âmbito dos municípios, têm informações a dividir e experiências a ensinar para que a União possa implementar uma reforma de qualidade na Previdência do funcionalismo público federal.”

O presidente da Abipem, por sua vez, espera que, se a administração Dilma Rousseff tentar uma reforma previdenciária no setor público, não crie barreiras que penalizem o setor pú-

blico. “Não devemos criar mais obstáculos para o funcionário se aposentar. Todas as reformas que fizemos até agora criaram obstáculos nesse sentido”, diz. “Só que isso leva muitos funcionários, especialmente os de salário mais baixo, a migrar para o regime geral no fim da carreira para se aposentarem mais facilmente, o que provoca mais desequilíbrios no sistema”, explica. De todo modo, acredita ele, qualquer mudança na Previdência do funcionalismo deveria ser pensada dentro de uma perspectiva do papel a ser desempenhado pelo Estado. “Temos que discutir esse papel e qual o futuro desse Estado”, argumenta. “O servidor não pode ser visto como um grande peso a ser carregado. O Estado precisa dele para funcionar.”

O problema, afirma Rodrigues, é que o Estado não investe no servidor, especialmente depois da contratação. “O funcionário é contratado por concurso, chega preparado, mas depois não se recicla nem se atualiza”, diz. “Por isso ele perde eficiência, vira um peso na máquina pública e se sente desmotivado, desprestigiado. Essa situação é mais fácil de reverter nos municípios, onde o contato da prefeitura com o servidor e do servidor com a população é mais próximo. Nos estados e na União é mais difícil mudar esse quadro.”

Toda essa experiência acumulada e a solidez do setor levam as associações de RPPS a reivindicar da nova presidente da República um tratamento administrativo diferenciado. “Queremos uma Secretaria Previdenciária para os Regimes Próprios”, diz o presidente da Abipem. “Hoje temos um grupo de funcionários, que são verdadeiros heróis no Ministério, para dar conta das demandas de mais de dois mil institutos de regimes próprios de Previdência em todo o país. Com uma Secretaria voltada para o nosso setor, seria possível montar uma estrutura de atendimento mais adequada e dar uma atenção mais qualificada para os RPPS”, explica Rodrigues. “Vamos nos mobilizar por isso.”

Lúcia Vieira, presidente da Apeprem: “Hoje, os RPPS poderiam servir como um benchmark para a Previdência do setor público”



Foto divulgação

Exma. Presidenta Dilma Rousseff,

A Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM vêm através do presente, inicialmente, apresentar congratulações pelo sucesso do pleito eleitoral, bem como expor aspirações debatidas em reunião com membros da diretoria da ABIPEM e representantes das Associações Estaduais de Previdência Pública.

A ABIPEM é uma entidade criada em 23 de outubro de 1980, e possui representatividade nacional, dentre os entes federativos que possuem instituídos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), na forma do disposto no artigo 40 da Constituição Federal, cujo objetivo primordial é a congregação e aprimoramento dos gestores e servidores públicos destes RPPS, através de atividades de intercâmbio, realização de congressos nacionais e encontros regionais, discutindo e difundindo os princípios da doutrina previdenciária.

Diante da iminente composição da nova equipe de governo, mais precisamente nos referimos ao Ministério da Previdência Social, por estar diretamente em contato com esta Associação e entidades por essa representada, mister seja considerado, além da capacidade técnica dos seus integrantes, que possa representar avanços e consolidação do sistema previdenciário nacional e da previdência destinada aos servidores públicos, pedimos vossa licença para sugerir a criação de uma Secretaria específica para atender as demandas do Regimes Próprios de Previdência Social, tendo em vista atual conjuntura desta categoria.

Salientamos que essa Entidade sempre manteve diálogo com esse Ministério e desta forma esperamos continuar contando com vosso apoio, de modo a fortalecer as entidades públicas destinadas aos servidores públicos.

Certos de vossa compreensão, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para eventuais esclarecimentos, e aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Brasília, 10 de novembro de 2010

Valnei Rodrigues
Presidente da ABIPEM

José Augusto Ferreira de Carvalho
Associação Capixaba dos Institutos
de Previdência - ACIP

Evandro Antônio da Silva
Associação das Entidades de Previdência
dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro - AEPREMERJ

Fagner dos Santos Gonçalves
Associação Goiana de Previdência do Estado
e dos Municípios - AGOPREM

Lúcia Helena Vieira
Associação Paulista de Entidades de Previdência
dos Estado e dos Municípios - APEPREM

Carlos Xavier Schramm
Associação dos Institutos Municipais de
Previdência e Assistência do Estado de Santa Catarina
ASSIMPASC

Marly Isolina Gonçalves Berlanda
Associação Tocantis

Benedito Rodrigues Barbosa
ASSIPPA (Amapá)

Renato Lima do Nascimento
Associação dos Institutos Municipais de
Previdência do Mato Grosso do Sul - ADIMP-MS

Valnei Rodrigues
Associação Gaúcha de Instituições de
Previdência Pública - AGIP

André Luiz Goulart
Associação Mineira dos Institutos de
Previdência Municipal - AMIPREM

Jocelaine Moraes de Souza
Associação Paranaense das Entidades
Previdenciárias - APEPREV

Dácio Rossiter Filho
Associação Pernambucana de Entidades
de Previdência Pública - APEPP

Mariano Gonçalves Aguado
Associação do Maranhão

Raulison Dias Pereira
ASSIPPA (Pará)



Novo governo, velha economia

Dilma Rousseff muda presidente do BC e deve manter política econômica de Lula, mas precisa encontrar meios de contornar as turbulências que se anunciam no cenário internacional

Houve certa apreensão no mercado quando começaram os rumores de troca de comando no Banco Central. Depois de oito anos à frente da instituição, Henrique Meirelles, o homem que emprestou credibilidade internacional ao governo Lula, condicionou sua permanência no governo Dilma Rousseff à garantia de manutenção da autonomia concedida ao BC para a condução da política monetária. A presidente eleita não aceitou a pressão e Meirelles acabou deixando a presidência do Banco Central. No mercado, o medo era de que a troca enfraquecesse a instituição e um novo diretor – submetido a pressões políticas – afrouxasse o controle severo sobre a inflação, desestabilizando a economia.

A escolha de Alexandre Tombini, funcionário de carreira do Banco Central e um dos membros da equipe que implantou a política de metas de inflação, no entanto, aparentemente tranquilizou o mercado financeiro. Em suas primeiras declarações à imprensa, o novo presidente do BC reafirmou o compromisso com

o combate à inflação e o princípio de autonomia à frente da instituição. “A indicação dele trouxe certa calma”, diz Jankiel Santos, economista-chefe do Espírito Santo Investment Bank. “Muita gente esperava que a presidente indicasse alguém mais alinhado com o perfil do ministro da Fazenda, Guido Mantega, da ala mais desenvolvimentista do governo, o que poderia significar mais leniência com a inflação. Mas a troca sinalizou uma opção pela continuidade da política monetária que vinha sendo executada.”

Para Jankiel, Tombini é um nome com capacidade para dirigir o Banco Central e manter a independência, conforme o prometido. “Não creio que ele aceitasse o cargo se fosse para ser apenas um garoto de recados”, diz. O economista do Espírito Santo Investment observa que o perfil do nome escolhido por Dilma para suceder Meirelles reforça o caráter institucional da luta contra a inflação. “O compromisso com a autonomia do BC não se resume a uma pessoa (Meirelles), mas ao Banco Central como instituição.”



Jankiel Santos, do Espírito Santo Investment Bank: Tombini é um nome com capacidade para dirigir o BC e manter a independência

Fotos: divulgação

Aldo José da Silva, gerente de investimentos do banco Bradesco, também não vê possibilidades de recuo no combate à inflação. “A sociedade não tolera mais a inflação descontrolada”, diz. “Na verdade, creio que haveria mais especulação no mercado se o José Serra tivesse ganhado a eleição”, diz. “Com a Dilma, o cenário é mais de continuidade. Pelo menos no início, é como se tivéssemos mais um ano de governo Lula.”

Os analistas também apostam em alta dos juros em 2011, para conter a inflação provocada pelo excesso de aquecimento na economia. No fim de novembro, o Boletim Focus, do Banco Central, que mede as expectativas das instituições financeiras, apontava uma projeção de 12% para a taxa Selic no final do ano que vem. Mas há quem preveja números mais altos. “Estamos projetando uma alta da Selic para 12,75% ao ano no final de 2011”, diz Aldo José. “Depois, os juros devem entrar em novo ciclo de baixa a partir de 2012, caindo outra vez para a casa de um dígito.”

Jankiel, por sua vez, acredita que a dinâmica da economia exige esse aperto monetário. E ele deve ser feito o mais rápido possível. “Quanto mais cedo vier, menor ele terá de ser”, ar-

gumenta. O economista acredita que a taxa chegará a 12,25%, em três elevações de meio ponto nas primeiras reuniões do Comitê de Política Monetária do BC (Copom), mantendo-se estável até o fim do ano. “Desse modo, a atividade econômica pode desacelerar para ficar mais adequada, para garantir a convergência da meta de inflação.”

Mas a troca de comando no Banco Central foi apenas o primeiro problema a ser resolvido pela nova presidente. Há outros desafios pela frente para a administração Dilma Rousseff, como o aumento do gasto público e as incertezas no cenário externo. E o mercado se pergunta de que maneira tudo isso pode afetar os investimentos daqui para adiante.

Segundo João Figueiredo, ex-presidente da Abipem e diretor da consultoria E-Ternum Investimentos, a economia brasileira tem condições de crescer em um nível não tão alto, mas constante, de 5% anuais nos próximos anos, se o cenário atual se mantiver. Mas há fatores de instabilidade no horizonte. “No curto prazo, a supervalorização do real e a recuperação da economia mundial, que ainda é lenta e incerta”, diz. “E no médio e longo prazo, o controle dos gastos públicos e nossos problemas crôni-

Novo presidente do BC reafirmou compromisso com combate à inflação e o princípio de autonomia à frente da instituição

cos de infraestrutura e educação.”

O comportamento do câmbio – lembra Figueiredo – é muito influenciado pela política de juros, o que atinge diretamente as decisões dos investidores. “Os Estados Unidos estão derramando US\$ 600 bilhões no mercado para reaquecer a economia interna, e isso vai enfraquecer ainda mais a moeda americana num momento em que o Brasil luta para ter de volta uma balança comercial positiva”, observa. “Como desvalorizar a nossa moeda sem pro-

Especialistas do mercado projetam taxa Selic acima de 12% no fim de 2011, com recuo no decorrer no ano seguinte até voltar a um dígito

vocar uma fuga de capitais ou sem pressionar a inflação? Tudo isso tem impacto na política de juros e a política econômica deve levar isso em conta no longo prazo.”

Para Aldo José, a possibilidade de crise externa é a maior ameaça do cenário econômico para o novo governo. “Qualquer país pode ser o estopim de uma crise que pode se espalhar pelo mundo e nos atingir direta ou indiretamente e o resultado é difícil de prever”, afirma. “Vamos lembrar que nos saímos razoavelmente bem em 2008, mas que o impacto em alguns setores foi muito forte.”

O economista Antônio Correa de Lacerda, da PUC-SP, também acredita que Dilma Rousseff assumirá a presidência com um cenário externo ainda nebuloso. “Ao contrário do presidente Lula, que contou com um cenário positivo a maior parte do tempo de seus dois mandatos, Dilma assume num período em que a economia mundial tem uma recuperação instável, com risco de nova recessão. Temos ainda uma

guerra cambial em curso, retração no fluxo de capitais, preços instáveis no mercado de commodities”, avalia.

“Por outro lado, ela encontra a economia brasileira em condições muito melhores do que havia em 2003, com crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e reservas de US\$ 300 bilhões, cerca de dez vezes mais do que havia nos cofres do Tesouro quando Lula assumiu”, diz Lacerda. Jankiel concorda que o cenário externo seja o grande risco imediato para a estabilidade econômica do novo governo. “Qualquer solavanco externo pode provocar novas ondas de choque na economia mundial, prejudicando a recuperação global”, afirma.

Quanto aos efeitos da guerra cambial, o economista do Espírito Santo Investment acredita que o dólar deverá se manter entre R\$ 1,70 e R\$ 1,75 no próximo ano, apesar da deterioração das contas externas. “O déficit em transações correntes mais do que dobrou, chegando a US\$ 51 bilhões em 2010, e deve continuar crescendo



Aldo José,
do Bradesco:
“Qualquer país
pode ser o
estopim de uma
crise que pode
se espalhar pelo
mundo e nos
atingir direta ou
indiretamente”



Crises sucessivas nos países europeus e guerra cambial no cenário externo estão entre as principais ameaças à condução da política econômica

Figueiredo, da E-Ternum Investimentos: “É preciso fazer uma reforma (fiscal) de verdade, e não mais um ‘puxadinho’”

em 2011”, diz. No entanto, a entrada de capital externo no País, atraído pelos altos juros e outras oportunidades de investimento, equilibra a pressão sobre o câmbio, explica Jankiel.

Os efeitos da desvalorização do dólar na economia real, no entanto, dividem os economistas. Para Lacerda, o Brasil vem sendo alvo de operações de arbitragem de juros e câmbio. Isso significa que investidores internacionais se aproveitam dos juros altos e da valorização do real para conseguir ganhos mais altos no mercado brasileiro. “Essa arbitragem faz o real subir ainda mais, desequilibrando a balança comercial e esvaziando a indústria brasileira”, diz. Segundo ele, a primeira medida para mudar este quadro seria reduzir juros, para tornar o Brasil um destino menos atraente para o capital especulativo. “O governo também poderia estabelecer controles de capital, como um tempo mínimo de permanência do capital investido no país; e usar o Fundo Soberano para amortecer o impacto dessa entrada de dólares – além, é claro, de um papel mais ativo do BC para forçar uma desvalorização controlada da moeda”, diz Lacerda.

Jankiel, por outro lado, não acredita que o Brasil sofra um processo de desindustrialização por causa da sobrevalorização do real. “Não

podemos falar nisso quando a indústria está usando quase toda a capacidade instalada e as empresas estão importando bens de capital”, argumenta. “É claro que uma situação permanente de déficit em conta corrente não é saudável, mas para isso existe o câmbio flutuante. Não precisa fazer muito, a não ser deixar a moeda flutuar até que a situação se reequilibre.”

Apesar de seus efeitos, a guerra cambial não será o único desafio do novo governo. Também há uma extensa agenda de reformas por fazer – como a tributária, por exemplo. “Mas é para fazer uma reforma de verdade, não para fazer mais um ‘puxadinho’, com medidas emergenciais ou de contingência”, diz Figueiredo, cobrando de Dilma o também sempre adiado ajuste fiscal. “É uma discussão feita há décadas e nunca é levada adiante. Durante a crise, a China fez um grande ajuste de despesas de custeio para desonerar investimentos. Nós desoneramos alguns setores, mantivemos o nível de empregos, mas não criamos uma base para o desenvolvimento, os gargalos continuam aí – alguns deles, até piores, como no setor aéreo: com mais passageiros viajando e com maior oferta de crédito, como vai ser?”

Aldo José, do Bradesco, não tem muita esperança de que o novo governo promova grandes reformas. “Se fizer algumas mudanças, serão coisas pequenas”, diz. Para ele, Dilma Rousseff não vai pagar o custo político desses ajustes. “Lula teve mais força política e não promoveu essas reformas em oito anos de mandato”, explica. “Acho que seria mais difícil para ela, que não tem o mesmo carisma do antecessor. Infelizmente, acho que a tendência é que cada governante passe a tarefa adiante até chegarmos a um gargalo inevitável, que vai estourar na mão de quem estiver no poder e será obrigado a tomar essas medidas.

Lacerda, da PUC-SP: “Dilma assume num período em que a economia mundial tem uma recuperação instável, com risco de nova recessão”

Enquanto puderem segurar a situação, ninguém fará nenhuma reforma drástica.” Já para Jankiel, do Espírito Santo Investment, até haveria condições políticas de promover um ajuste fiscal rigoroso. “Mas não sei se haveria vontade para fazer isso”, diz. “Seria desejável promover esse ajuste de gastos, facilitaria o sonho de trazer os juros para 2% ao ano.”

No caso dos RPPS, economia brasileira vai exigir cada vez mais profissionalismo para que se obtenha sucesso na gestão de investimentos

Mas, apesar das reformas por fazer, ainda há motivos para manter o otimismo em relação à economia. “Somos uma democracia consolidada, temos uma imprensa livre, um Judiciário independente, perspectiva de grandes investimentos com a Copa e as Olimpíadas, as reservas de petróleo do pré-sal e fortes instituições financeiras”, enumera Aldo.

E por falar em instituições financeiras, algum temor depois do rombo de R\$ 2,5 bilhões no banco Panamericano? “Esse problema foi superado, sem provocar nenhum contágio no mercado”, diz. João Figueiredo concorda. “O caso do Panamericano foi um bom exemplo de como administrar uma crise: o problema foi pontual, foi resolvido pelo sócio controlador e o mercado não se assustou. Do ponto de vista dos RPPS, preservou o investimento dos fundos”, avalia.



Foto: divulgação

Figueiredo também descarta o risco de uma bolha no mercado de crédito imobiliário. Segundo ele, apesar do aquecimento do setor, o país está longe de enfrentar uma situação como essa. “O mercado de financiamento de imóveis representa apenas 4% do PIB, um volume ainda muito inferior ao da média mundial. O mercado ainda pode crescer muito. Mas é claro que o governo deve sempre observar de perto qualquer sinal de superaquecimento no setor.” E se o horizonte da economia mistura incertezas e boas perspectivas, o que devem fazer os gestores de RPPS? Deixar o comodismo de lado e buscar mais alternativas além da renda fixa, defende Lacerda. “O cenário exige cada vez mais profissionalismo dos gestores de Previdência para atingir as metas atuariais”, diz o economista, que vê boas possibilidades na renda variável. “O Brasil tem uma boa perspectiva de uma maneira geral, o que favorece as aplicações em bolsa. É uma boa alternativa de financiamento para as empresas e de investimento para os gestores.”

PN



3922: a norma da vez

Nova resolução do Conselho Monetário Nacional define com maior precisão as regras da antecessora, a 3790, altera algumas determinações e acaba, na prática, com os fundos previdenciários

Carlos Vasconcellos

Pouco mais de um ano depois da edição da Resolução 3790/09, que provocou uma reviravolta nas estratégias de aplicações dos gestores de regimes próprios e de fundos direcionados ao setor, o Conselho Monetário Nacional (CMN) mexeu outra vez nas regras para investimentos dos institutos de RPPS. A bola da vez é a Resolução 3922/10, que revoga a 3790 e esclarece alguns pontos que ainda davam margens a dúvidas até hoje. Em primeiro lugar, todos os investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social passam a ser regidos definitivamente pela Comissão de Valores Mobiliários, a CVM, órgão que regula o setor financeiro. Ou seja, a regra agora é clara e mais do que nunca será preciso conhecê-la. “O gestor de RPPS vai ter de entender melhor esses instrumentos legais”, diz João Figueiredo, diretor-presidente da E-Ternum Investimentos e ex-presidente da Abipem (Associação Brasileira das Instituições de Previdência Estaduais e Municipais). “Ele precisará ter ainda mais cuidado ao elaborar a política de investimentos e ao operar seu cumprimento, porque a resolução deixa sob responsabilidade dele toda a gestão.”

Outra medida importante na nova resolução é o fim dos chamados fundos previdenciários,

previstos na 3790 e que não chegaram a sair do papel. “Não havia mesmo a necessidade de se criar produtos específicos para os RPPS. Os institutos passam a ser clientes como os demais, podendo investir em qualquer produto do banco que se encaixe no perfil permitido pelas regras, o que aumenta o leque de opções para os gestores, além de simplificar os produtos, pois não há mais necessidade de criar uma engenharia financeira para adequá-los aos RPPS”, diz o economista Paulo Di Blasi, professor de Finanças do IBMEC-RJ. Para ele, a medida pode dar até mais segurança para os gestores de regimes próprios, especialmente para os menos experientes. “Às vezes é melhor estar em um fundo aberto, com muitos clientes de perfis diferentes monitorando o investimento, do que estar em um fundo específico e exclusivo onde nem todos conhecem profundamente o produto”, argumenta. Alguns pontos também ficaram mais claros a partir da edição da 3922. “O limite máximo de concentração de ativos por pessoa jurídica é de 20%”, afirma Álvaro da Luz, economista-chefe da consultoria Somma Investimentos. “O que quer dizer que você até pode colocar todos seus recursos em um único banco, mas precisa distribuir o dinheiro em pelo menos cinco fundos diferentes”, explica.

Di Blasi, do IBMEC-RJ: novas regras aumentam o leque de opções para os gestores, além de simplificar os produtos



Os economistas veem como positivo o aumento do limite de participação do RPPS de 20% para 25% no patrimônio líquido dos fundos. O prazo de adequação a esses limites é de quatro meses a partir da edição da medida. “Isso alinha os regimes próprios aos parâmetros de mercado, já que esse limite mais alto já era permitido para os demais fundos de pensão”, lembra Di Blasi.

A Resolução 3922 também mexe com os limites de investimentos na renda fixa, onde está alocada a maior parte dos cerca de R\$ 50 bilhões em ativos financeiros dos regimes próprios. A medida anterior determinava que 70% dos recursos aplicados pelos regimes próprios em renda fixa deveriam estar em fundos atrelados ao IMA, Índice de Mercado Andima, e seus subíndices. Agora, os RPPS devem obedecer tetos para seus investimentos nessa ca-

limite é de 5%, e para fundos abertos atrelados ao IMA (exceto os subíndices atrelados a juros diários), de 80%. Até 30% podem estar em fundos de renda fixa vinculados ao CDI e até 20% em depósitos de poupança em bancos com baixo risco de crédito.

E por último, fixa um teto de 15% para cotas de fundos de investimento em direito creditório abertos (FDICs), e de até 5% para fundos fechados de direitos creditórios e fundos de renda fixa que tenham crédito privado como indicador de referência. Com estas mudanças, a 3922 destravou o que a 3790 propiciava, na opinião de Alexander Mognon, responsável pelo comitê de investimentos e conselheiro-gestor do Fundo de Previdência Municipal de São Bernardo (Fuprem) e tesoureiro da Apeprem (Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios).

“Para os RPPS que tinham dificuldades em gerir o seu caixa, a resolução criou soluções para uma gestão de caixa mais aprimorada sem os riscos da volatilidade”, reforça Figueiredo, que considera que as reivindicações mais importantes

do setor de regimes próprios foram atendidas pela nova resolução.

Valnei Rodrigues, presidente da Abipem, diz que a 3922 não faz mudanças radicais, mas torna os investimentos mais flexíveis ao colocar tetos e não pisos como limites. Segundo ele, essa flexibi-

Institutos não precisam mais investir em produto específico, mas em qualquer um que se encaixe na regras

tegoria. Até 100% em títulos do Tesouro Nacional ou fundos atrelados a esses títulos que persigam o IMA (com exceção dos subíndices atrelados a juros diários) como parâmetro de rendimento. Para operações compromissadas lastreadas em títulos do Tesouro Nacional o

Limite de participação no patrimônio líquido dos fundos subiu de 20% para 25%

lização veio em boa hora. “A Resolução 3922 foi editada bem no momento em que os institutos estão elaborando sua política de investimentos para 2011, bem a tempo de ser debatida e incluída no planejamento do ano que vem”, afirma.

Quanto aos limites previstos para fundos de crédito privado, os especialistas recomendam muita calma. Para Álvaro da Luz, da Somma Investimentos, a medida pode aumentar os riscos para os gestores de regimes próprios. Ele diz que esperava mais rigor por parte do Conselho Monetário Nacional. “A 3922 restringe a exposição ao crédito privado a 5% do patrimônio líquido, mas libera a exposição a esse mesmo risco por meio de fundos de renda fixa”, diz. “Como em 2011 devemos entrar no fim de um ciclo de expansão de crédito, aumentará o risco de inadimplência e moratória no setor privado. Ou seja, o risco para os RPPS pode vir da má seleção dos ativos”, explica. “Acho que os institutos precisam melhorar sua capacidade de análise de crédito privado antes de colocar papéis desse tipo em suas carteiras.”

Figueiredo concorda. “O volume de 5% não é significativo, e nem poderia ser, ante a dificuldade dos gestores em entender a natureza e a complexidade dos créditos que são adquiridos pelas instituições gestoras”, diz. “Quem optar pelo investimento nesta modalidade de ativos deve tomar todas as cautelas do mundo, já que não tem como controlar a aquisição dos títulos e o gestor do fundo pode, se não for apto ou não possuir boa prática ou conduta, trazer enormes prejuízos ao RPPS.”

Já Di Blasi considera a medida positiva, pois ela serviu para regular esses investimentos em créditos privados e tornar mais transparente a exposição ao risco. “Antes os institutos podiam aplicar até 30% do patrimônio em crédito privado, desde que os fundos tivessem depósitos garantidores, o que diminuía o risco”, explica. “Agora o limite caiu para 5% do patrimônio, mas não há exigência de garantia.” Com isso, explica o economista, o investidor reduz o volume de recursos e ao mesmo tempo passa a enfrentar

um risco real. “Quem decidir investir em crédito privado precisa avaliar muito bem em qual carteira está colocando seu dinheiro: afinal, o fundo pode ter papéis da Petrobras ou das ‘Organizações Tabajara’”, brinca, para depois lembrar que muitos dos fundos de crédito privado disponíveis no mercado não possuem o perfil adequado para investimentos de Previdência pública.

Outra mudança importante é na exigência de rating para os investimentos. Figueiredo saúda o fim da exigência de rating de crédito. “Isso era descabido”, afirma. Para ele, a nova medida busca encaminhar aos gestores a responsabilidade de escolher instituições mais qualificadas por meio do rating de gestão. “Esse rating funciona como um certificado ISO para a gestão financeira e todos os fundos terão de se submeter a ela”, completa Álvaro, da Somma, que também considerava o rating de crédito inócuo, pois ele cobria a instituição financeira, mas não classificava o risco dos fundos oferecidos por essa instituição. Ele também elogia a exigência de que as pessoas físicas que prestam consultoria de investimentos para os RPPS sejam registradas na CVM. “Isso melhora o controle e aumenta a segurança dos investidores.”

Di Blasi, por sua vez, observa que a Resolução 3922 também deixa mais claro quem são os gestores de recursos autorizados a operar no segmento de RPPS. “Isso atende a uma reivindicação dos regimes próprios e dos próprios agentes financeiros”, diz. “A medida anterior não deixava isso bem claro, falava apenas em instituições financeiras, o que era uma definição falha: uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é uma instituição financeira, enquanto uma em-

Mognon, da Apeprem: “Não vejo pontos negativos na nova norma, só acho que ela foi um pouco acanhada”



Foto: Fernando Ferreira



Álvaro da Luz, da Somma Investimentos: “Antes, não se sabia o que se podia ou não fazer com os ativos imobiliários dos regimes próprios, e agora surge uma possibilidade interessante de investimentos”

Cai limite de 70% no IMA e passam a valer tetos para as aplicações em renda fixa

presa de Asset Management não é considerada assim, mas na prática gerenciava recursos dos regimes próprios”, explica. Outro aspecto interessante é que a resolução tira do Ministério da Previdência a atribuição de fiscalizar a composição dos fundos de renda fixa para verificar se eles se enquadram nessa categoria. A partir de agora, passa a valer a declaração dos próprios fundos. Ou seja, se o fundo envia as informações para a Previdência dizendo que se trata de um fundo de renda fixa, assim ele será considerado. Qual a consequência disso? “A medida dá mais segurança contra gestores mal-intencionados”,

explica Álvaro. “Um gestor que estiver mentindo estará criando uma prova assinada contra si mesmo, caso a fraude seja descoberta, o que deve inibir esse tipo de desvio, além de tornar os processos mais rápidos nesse tipo de caso.” Para o segmento de RPPS, a nova resolução pode indicar um sinal de que, do ponto de vista institucional, a voz do setor tem sido ouvida pelas autoridades do país. “Isso tem um impacto político”, afirma Rodrigues. “Nós não acreditávamos que esta regulamentação poderia sair em 2010 e, no entanto, ela saiu em tempo recorde: foram apenas seis meses desde as primeiras discussões no âmbito do Conaprev (Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social)”, afirma. Apesar disso, o presidente da Abipem ressalta que, embora positiva de um modo geral, a nova regulamentação ainda não é perfeita e deixa de fora algumas reivindicações do setor de RPPS. “Acho, por exemplo, um retrocesso permitir que se faça aplicações em poupança. Isso não colabora com a formação de cultura previdenciária”, diz. “Gestores menos experientes ten-

dem a buscar alternativas seguras, o que pode levar muita gente a colocar parte dos recursos na poupança, só que esse é um dos investimentos com menor rentabilidade. No fim, essa possibilidade gera comodismo.”

Outra reclamação é que a Resolução 3922 ainda cria muitas restrições para investimentos imobiliários ou em projetos de infraestrutura. “As oportunidades na área de infraestrutura estão crescendo e poderiam trazer boa rentabilidade para os RPPS, além de impulsionar o desenvolvimento do país”, afirma Rodrigues. “Em São Paulo, por exemplo, há grandes institutos de Previdência que poderiam participar de obras importantes, se fosse criado um regulamento específico para isso.”

As condições para investimento em imóveis, por outro lado, melhoraram. A resolução permite agora investir em ativos imobiliários que já pertençam ao patrimônio dos institutos, por meio da negociação de cotas de fundos imobiliários em bolsa de valores. “Antes, não se sabia o que se podia ou não fazer com os ativos imobiliários dos regimes próprios, e agora surge uma possibilidade interessante de investimentos”, avalia Álvaro, da Somma. Para Rodrigues, no entanto, embora a medida seja positiva, é insuficiente para atender às necessidades dos institutos de RPPS. Segundo ele, a nova regra de certa forma congela o surgimento de novas oportunidades no setor de imóveis.

“Não vejo pontos negativos na nova norma, só acho que ela foi um pouco acanhada”, diz Mognon. Ele diz que a resolução poderia ser mais ousada para promover uma abertura maior do mercado, em vez de manter inalterados alguns limites previstos na 3790, citando o caso dos FDICs. “Esses fundos são instrumentos importantes hoje para os RPPS buscarem sua meta atuarial e o limite permanece igual. Mas isso também é compreensível porque é um processo de maturação que os RPPS estão passando. Acredito que, em um curto espaço de tempo, deverá haver algum tipo de alteração também nesta linha”, afirma.



Fim de um ciclo

Gestores de instituto estaduais de Previdência fazem um balanço da administração dos últimos quatro anos e apontam desafios em estados onde foram eleitos novos governadores

Dezembro de 2010 marcou o fim de ciclo para governos estaduais em dez estados brasileiros. São estados onde um governador passou a faixa a outro – do mesmo partido ou não. Essa virada de ano também finaliza um ciclo para as administrações de Previdência estaduais e por isso é uma boa hora de fazer um balanço do que mudou e do que ainda há por fazer nos institutos estaduais de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). dezembro de 2010 marca o fim de ciclo para governos estaduais em dez estados brasileiros. São estados onde um governador passará a faixa a outro – do mesmo partido ou não. Esse período também finaliza um ciclo para as administrações de Previdência estaduais e por isso é uma boa hora de fazer um balanço do que mudou e do que ainda há por fazer nos institutos estaduais de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Na maior economia da Federação, por exemplo, haverá continuidade política, com a volta de Geraldo Alckmin ao Palácio Bandeirantes. E na

Carlos Henrique Flory, do SPPrev: Na última gestão, São Paulo unificou seu sistema previdenciário e cogita possibilidade de criação de Previdência complementar



José de Anchieta Batista, do Acre Previdência:
 “Tentar domar déficit com alíquotas
 suplementares é como tentar colocar o King
 Kong numa gaiola de passarinho”

Previdência, os desafios serão muitos. Afinal, foi há apenas quatro anos que São Paulo unificou seu sistema de Previdência com a criação do SPPrev, que se tornou responsável pelo pagamento dos benefícios de aproximadamente 420 mil aposentados e pensionistas. “Antes, as pensões civis eram pagas pelo antigo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo; as pensões militares, pela Caixa Beneficente da Polícia Militar; as aposentadorias do Poder Executivo, pela Secretaria da Fazenda e, assim sucessivamente, cada um dos outros órgãos e poderes do Estado sendo responsável pela sua própria folha de pagamentos de aposentadoria”, lembra o diretor do SPPrev, Carlos Henrique Flory. Logicamente, a criação do SPPrev foi apenas o primeiro passo. Flory lembra que foi necessário criar leis complementares para implementar a autarquia, desenvolver um sistema de gestão de benefícios capaz de dar conta de todas as folhas de benefícios, mudar para uma nova sede, reformar a estrutura de atendimento no interior do estado, implantar novas unidades e treinar pessoal. Uma tarefa e tanto. “Para que tudo isso acontecesse, foram necessários muito empenho e uma dose grande de tenacidade. A implantação de



SP tem pela frente o desafio de concluir a implementação do SPPrev

uma entidade do porte da SPPrev é um processo longo, delicado, onde são necessários ajustes o tempo todo”, diz. “Para que obtenhamos sucesso no cumprimento de todas as metas, precisamos da colaboração de todos os órgãos, poderes e entidades que compõem o Estado.”

Flory observa, no entanto, que o trabalho está longe de acabar. “O novo gestor terá que continuar a implantação da SPPrev, uma vez que a absorção do estoque das aposentadorias antigas, concedidas antes de outubro de 2010, está prevista para março de 2011”, diz. “O nosso foco foi cumprir o cronograma fixado pelo governador

em decreto, no qual foi estabelecido que o gestor único seria responsável pelas novas aposentadorias até 31 de dezembro deste ano.”

Outro ponto que merecerá a atenção do novo gestor (os novos gestores dos estados com mudança de governador não haviam sido definidos até o fechamento desta edição) é o fato de que mesmo São Paulo seja capaz de suportar uma folha de benefícios previdenciários que hoje atinge cerca de R\$ 16 bilhões/ano, valor que tende a crescer no futuro. “Hoje, a folha de aposentadoria e pensão é equivalente a 77% da folha de pagamento dos servidores em atividade. Cálculos atuariais mostram que dentro de 30 anos esse valor poderá chegar a mais de 200% da folha de ativos e causar grave desequilíbrio às contas do Estado”, alerta Flory.

“Por isso é necessário pensar uma forma em que o pagamento a aposentados e pensionistas não venha, porventura, a onerar os investimentos em saúde, educação e segurança, por exemplo”, continua Flory. “Uma saída que já foi proposta pelo governo federal e está prevista na Constituição é a criação de uma Previdência complementar para servidores. Cálculos atuariais apontam que essa seria uma boa solução, que, sendo bem implementada, pode trazer muitos benefícios à gestão previdenciária do Estado”, diz, lembrando que estudos avançados sobre a implantação desse modelo já estarão disponíveis para o novo gestor.

Hoje, São Paulo adota o sistema de repartição simples e o estado paga R\$ 7 bilhões anuais para cobrir o déficit do regime. “É claro que a tendência dessa quantia é de crescimento e, justamente por isso, acredito que em breve o Estado deverá realizar um fechamento de massa, propondo um novo regime somente para futuros servidores”, diz Flory.

“Não faz sentido o Estado mexer com direitos adquiridos ou mesmo com expectativas de direito, uma vez que a idade média do servidor atual supera 40 anos. Quem já é servidor, está aposentado ou é pensionista, permanecerá no mesmo regime de repartição simples, sem qualquer alteração. Quem entrar no serviço público a partir de uma data futura a ser estabelecida, já entrará sabendo que participará de um regime previdenciário diferente.”

Mas se em São Paulo a sucessão leva a mais um governo tucano, no Acre o senador Tião Vianna dará continuidade à série de governadores petistas no estado. Por isso, para José Anchieta Batista, diretor-presidente do Acre Previdência, não se trata exatamente do fim de um ciclo, mas de um processo que começou em 1999. E quem assumir a Previdência estadual terá trabalho duro pela frente. “Há uma necessidade de se ajustar as alíquotas do estado, porque as contas estão apertadas”, avalia. “O novo governador já se pronunciou sobre a necessidade de aumentar essa alíquota de 11% para 11,2%.”

Segundo ele, o Acre Previdência tem hoje um déficit de R\$ 4 bilhões em 35 anos. Batista conta que a situação poderia ser mais delicada, se o instituto não tivesse conseguido uma boa compensação previdenciária. “É muito para um estado de pequenos recursos e com grande demanda por investimentos”, admite. “Fizemos tudo o que foi possível até agora em termos de política previdenciária. Mas chegou o momento de repensar nossas estratégias para não empacarmos no meio do caminho.” Seria o caso de aumentar também a alíquota dos servidores para tentar reduzir esse déficit? Batista acredita que não. “Na verdade, o estado tem uma dívida histórica com os servidores e não pode exigir isso deles”, diz. “Cabe ao estado avançar na sua contribuição, até chegar eventualmente aos 22% se for necessário.”

Ele afirma, no entanto, que elevar as alíquotas não basta para garantir o equilíbrio necessário ao sistema. O próximo passo a ser tomado pela nova administração, diz ele, deve ser a adoção da segregação de massas para a Previdência estadual. “O Tesouro assimila os aposentados que estão na folha de pagamento e cria um fundo previdenciário sadio. Com o tempo, esse passivo vai se extinguindo. É a única saída”, afirma. “Tentar domar esse déficit com alíquotas suplementares é como tentar colocar o King Kong numa gaiola de passarinho.”

Para Batista, o momento de se fazer a segregação

de massas no Acre é agora. “Temos cerca de R\$ 200 milhões em caixa e uma pequena reserva, que por enquanto não precisamos mexer, mas a sobra

No Acre, gestão dos últimos 4 anos considera fundamental instituir logo a segregação de massa

mensal é pouca”, diz. Sobre o próximo administrador do instituto, ele espera que tenha antes de mais nada honestidade e um perfil técnico. “Não pode haver aventuras administrativas.”

No Pará, a troca de comando no governo estadual não teve continuidade política: saiu a governadora petista Ana Júlia Carepa e entrou o tucano Simão Jatene. Para o advogado Walter Silveira Franco, o responsável pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (Igeprev) no governo Ana Júlia, a Previdência estadual conquistou alguns avanços importantes no período. “Procuramos arrumar a casa em nossa administração, reduzindo o endividamento do instituto”, diz. Para isso, conta ele, algumas medidas foram tomadas. “Algumas delas eram coisas relativamente simples, como instituir uma taxa de administração, que não existia.”

Outras medidas deram um pouco mais trabalho. Mas valeram a pena. “Diminuímos ano a ano as dívidas de precatórios”, conta Franco. “Pagamos retroativos que não eram pagos há anos para os servidores e recuperamos parte das dívidas das prefeituras, onde havia muita inadimplência, seja por questões técnicas ou políticas.” Ele explica que essas dívidas foram contraídas em grande parte por causa da municipalização da educação. “O estado continua pagando os servidores, mas muitas vezes não recebe de volta dos municípios a verba do Fundeb”, diz. “Em alguns casos, havia até mesmo apropriação indébita.”

Franco conta ainda que houve investimentos na melhoria do atendimento aos servidores estaduais. “Fizemos uma grande reforma em nossas instalações, não apenas para melhorar o ambiente de trabalho no Igeprev, mas também para dar mais conforto aos segurados”, diz. “Criamos, por exemplo, uma sala de acolhimento para viúvas e parentes de segurados, com assistentes sociais, para prestarmos um atendimento diferenciado no momento em que essas pessoas estão fragilizadas.”

Walter Silveira Franco, do Igeprev/Pará, que deixa o cargo no próximo governo: principal desafio agora é desburocratizar o sistema



Ele lembra ainda que a própria criação do instituto foi um avanço. “Até 2003, a Previdência ainda era vinculada à assistência de saúde, o que é um conceito ultrapassado, mas que ainda perdura

No Pará, saiu a governadora petista Ana Júlia Carepa e entrou o tucano Simão Jatene

em muitas partes do País”, afirma. Para Franco, o principal desafio agora é desburocratizar o sistema. Ele acredita, no entanto, que essa medida não depende exclusivamente da gestão do instituto. “O esforço tem de envolver a Secretaria de Administração, o Tribunal de Contas do Estado, entre outros órgãos, porque depende de uma mudança na filosofia de trabalho”, diz. O desafio, explica, é conseguir reduzir o volume de papel sem prejudicar o controle e a segurança dos processos.

Franco também espera que o instituto paraense consiga manter um bom diálogo com o Ministério da Previdência Social na próxima gestão. “O Ministério sempre foi um parceiro nosso e sempre foi solidário com as reivindicações do setor de RPPS, colocando os institutos em contato com o Tesouro Nacional e o Conselho Monetário Nacional para discutir temas do nosso interesse. Espero que isso seja mantido nos próximos anos.”

Já em Goiás, a troca de governador não alterou a administração da Previdência estadual. Na verdade, o estado encontrou uma maneira de amenizar os efeitos que a transição política pode ter na condução do Goiás Prev, o instituto de Previdência dos servidores goianos. A diretoria do instituto estadual de Goiás é escolhida para um mandato de quatro anos que não coincide com o mandato do governador. E as nomeações são feitas a partir de listas múltiplas indicadas pelos poderes do estado, incluindo Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios e representantes dos servidores. “É um processo mais democrático e que foi incluído na lei estadual”, afirma João Potenciano, diretor Administrativo e Financeiro do Goiás Prev.

Potenciano explica que o mandato da atual diretoria começou em julho de 2010 e a escolha dos membros dos Conselho Fiscal e de Previdência obedece uma lógica parecida. “São 12 conselheiros, seis indicados em eleição pelos representantes dos servidores e os outros seis, pelo Ministério Público e pelos Tribunais de Contas”, diz. Ele lembra que foi só em 2008 que Goiás separou a Previdência da assistência de saúde, criando em seguida o Goiás Prev. “Foi importante criar a autarquia”, diz. “Com isso a Previdência deixou de ser apenas um setor de um outro órgão (no caso, a Secretaria de Fazenda)”, diz.

Outra grande vitória consolidada nos últimos anos pela Previdência goiana foi a promulgação de uma lei previdenciária estadual, elaborada com a participação de todos os poderes e organismos interessados. “Foi uma discussão ampla e procuramos abarcar todos os aspectos da atividade previdenciária”, explica Potenciano. “Averbação? Está lá. Custeio? Está lá. Emissão de certificados de tempo de contribuição? Também”, enumera. “Buscamos cobrir todos os assuntos possíveis para não ficar mais catando pedacinhos de legislação para cada caso e tendo de enfrentar omissões legais.”

Quanto às finanças, hoje o Goiás Prev tem um déficit financeiro de 30%, explica Potenciano. “Mas esperamos equilibrar as contas mudando o sistema de repartição simples para o de capitalização”, diz. A segregação de massas também está nos planos para o futuro. “Esperamos que com essas medidas e com o novo modelo de gestão seja possível estancar o déficit.”

■



João Potenciano, do Goiás Prev: promulgação de lei previdenciária específica foi um dos grandes avanços dos últimos anos



Fotos divulgação



O RPPS traduzido

Aos 34 anos, a advogada Karina Spechoto já desempenha um papel de destaque na disseminação de cultura sobre Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no país. Ela escreveu um dos poucos livros em que o tema é tratado de maneira aprofundada e ampla, percorrendo um leque de aspectos de extrema relevância para quem atua na área. “Dos Regimes Próprios de Previdência Social” foi lançado em outubro de 2010 pela Editora LTR e oferece ao leitor a possibilidade de conhecer a história, as leis, as decisões judiciais mais significativas e exemplos práticos dos entes federativos na busca do Certificado de Regularidade Previdenciária, CRP. A autora diz que decidiu escrever o livro depois de ter atuado como consultora jurídica contratada pelo Banco Mundial – PNUD, entre 2001 e 2004, no Departamento dos Regimes Próprios do Ministério da Previdência Social, ocasião em que percebeu como era precário o conhecimento de uma grande parte dos que trabalhava na época com RPPS quanto à estrutura e o funcionamento do sistema no Brasil. A experiência em Brasília também contribuiu para que ela participasse, a partir de 2005, da reestruturação dos regimes próprios do município e do Estado de São Paulo, atuando como Diretora de Benefícios do SPPREV, órgão gestor único do regime próprio de Previdência do estado. Nesta entrevista, Karina diz que os casos de extinção de RPPS observados em todo o país ocorrem por falta de informação dos gestores, situação que, segundo ela, é agravada pela ausência de cursos de especialização na área. “Acho que faltam as universidades se envolverem nesse processo. As pes-

soas precisam olhar para a Previdência e ver que tem um ramo que não é explorado”, diz. Confira os principais trechos da entrevista.

Previdência Nacional – No seu livro, a senhora aborda, entre outros pontos, a história dos regimes próprios. A partir deste trabalho, como analisa a evolução dos RPPSs no Brasil?

Karina Spechoto – A evolução que detalho no livro está relacionada ao período em que trabalhei em Brasília, no Ministério da Previdência. O livro também trata da história da Previdência no Brasil, mas bem por cima, porque a ideia foi abordar a história dos regimes próprios desde a estruturação, em 1998. Quando comecei a trabalhar no Departamento dos Regimes Próprios da Previdência, levantamos e analisamos a legislação de todos os municípios e estados do Brasil. Conto exatamente o que encontramos no que diz respeito à Previdência do servidor e como estava estruturada a legislação. A partir disso, entendemos o porquê de todos os problemas da Previdência na época. As contas hoje são deficitárias? São – e exatamente por causa desse passado. Nunca ninguém tinha feito cálculos para saber quanto precisava de contribuição para fechar a conta no final.



“Meu objetivo foi criar um manual para que as pessoas pudessem entender o básico da estrutura e dos conceitos dos RPPS”

PN - Qual foi o seu objetivo ao escrever o livro?

KS – Trabalhando no Ministério da Previdência eu fazia bastante atendimento e percebi que muitas pessoas não tinham conhecimento da área. É óbvio que a coisa melhorou muito de lá para cá, mas até hoje não existe muita literatura sobre os regimes próprios. Fiquei com essa ideia na cabeça e, ao iniciar uma pós-graduação em direito público, coloquei a ideia em prática, tendo ainda a orientação de um professor da área. Mas o livro é mais que uma monografia. O meu objetivo foi criar um manual para que as pessoas pudessem entender o básico da estrutura e dos conceitos dos RPPS.

PN - Seu livro é dedicado em grande parte às questões de legislação. O que a senhora destacaria como mais importantes neste momento em relação às leis previdenciárias?

KS – O principal aspecto a ser verificado é a questão do cálculo atuarial para equacionar o déficit dos regimes, porque a maioria dos regimes, principalmente os grandes e dos estados, é deficitária. Quando a Constituição previu a necessidade do equilíbrio atuarial e obrigou os regimes próprios a fazerem o cálculo todo ano, foi exatamente para que eles conseguissem fazer a conta fechar. Hoje, esse equilíbrio é o aspecto mais importante.

PN - Os regimes próprios estão conseguindo manter esse equilíbrio?

KS – Há muitos regimes pequenos, que começaram há pouco tempo e, por uma série de motivos, têm as contas equilibradas e até dinheiro aplicado. Mas os regimes grandes e antigos, como o do município e do Estado de São Paulo, têm déficit. A maioria dos regimes antigos e grandes tem déficit hoje no Brasil.

PN - Como está a situação dos regimes criados mais recentemente?

KS – Os novos conseguiram deixar esse passado com essas regras sem tanto fundamento financeiro e atuarial, ficando com as contas zeradas. Eles

deixaram o déficit que tinham para o Tesouro pagar. Então, a conta do regime ficou zerada.

PN - Os regimes próprios se ressentem de regras claras e objetivas em questões como a aposentadoria especial, por exemplo. Por quê é tão difícil definir a regulamentação nesses casos, que acabam sobrecarregando o Judiciário com ações de servidores?

KS – A Previdência tem que ter regras simples e claras para que qualquer cidadão possa entender. No entanto, ela foi construída de uma forma muito complexa e, quando se constrói uma coisa muito complexa, permite-se que as pessoas interpretem de várias formas e criem mais regras, transformando a situação em uma verdadeira bola de neve. Para a aposentadoria especial, prevista na Constituição Federal, há atualmente três projetos de lei enviados pelo Executivo para serem regulamentados no Congresso, mas é preciso ter vontade política para aprovar. Agora serão mais três regras que vão complicar a cabeça das pessoas, porque serão criadas novas exceções que vão continuar lotando o Judiciário.

PN - A senhora considera necessária uma reforma na Previdência? O que é mais urgente mudar?

KS – Sim, é necessário que seja feita uma reforma para igualar e simplificar todas as regras de aposentadoria. Também não acho que deva haver separação de regras para homens e mulheres. Elas têm que ser iguais para todos.

PN - Caso a reforma demore a acontecer, isso poderá resultar em situações como as dos países europeus, que se veem forçados a mudar as regras para tentar contornar crises?

KS – A população mundial está vivendo muito mais. Se você vive mais, a conta da Previdência aumenta e o déficit também. A reforma que o mundo discute hoje é para aumentar a idade da aposentadoria. É uma tendência. As pessoas vi-

vem mais e elas têm que trabalhar mais. É algo natural, que vai acontecer no Brasil também. Eu não sei se o governo federal vai querer mexer nisso agora, mas é algo inevitável.

PN – Por quê há tantos casos de extinção de regimes próprios?

KS - Porque as pessoas não têm informação. O Ministério da Previdência fiscaliza os regimes e exige o cumprimento de um monte de regras. As pessoas não entendem como fazer para regularizar tudo isso. Os municípios também não têm dinheiro para pagar consultoria e há, ainda, muitas consultorias que não sabem fazer a coisa funcionar direito. Sem estrutura, sem conhecimento e sem dinheiro, fica muito mais fácil extinguir o regime próprio, principalmente porque, se tiver dinheiro no caixa, vai para o Tesouro e o Tesouro vincula todo mundo ao INSS. Isso facilita a vida do prefeito, que também não tem gente para comandar o regime próprio.

PN – Essa ausência de profissionais qualificados para gerenciar os RPPS acontece por uma falta de orientação do Ministério da Previdência?

KS - Isso não é competência do Ministério. A Previdência do servidor é relativamente nova, embora tenha 12 anos. Não há cursos na área. Se eu procurar um curso de pós-graduação ou especialização em Previdência, mesmo aqui em São Paulo, onde há todo tipo de curso, não há. Associações com a Abipem (Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais) até dão cursos, mas acho que falta as universidades se envolverem nesse processo. As pessoas precisam olhar para a Previdência e ver que tem um ramo que não é explorado.

PN – Neste contexto de necessidade de informação especializada, qual o papel que a senhora espera cumprir com o seu livro?

KS - Fornecer informação do passado e do presente para que as pessoas possam traçar um futuro. Também para que, quando o governo mandar um projeto para o Congresso, seja de aposentadoria especial ou alteração das regras de idade da Previdência, as pessoas possam ter opinião e condições de discutir.

PN – Os RPPS apresentam um potencial explosivo de expansão financeira, mas se veem limitados pelas regras de investimentos que vigoraram

“É necessário que seja feita uma reforma para igualar e simplificar todas as regras de aposentadoria”



até este ano, com a Resolução 3790. A senhora acha que essas limitações podem comprometer o crescimento potencial?

KS - Existem muitos gestores que não concordam com essa limitação, mas é muito difícil estabelecer uma regra de aplicação única para todos os regimes de Previdência do Brasil porque há muitas diferenças entre eles. O regime de Previdência do Estado de São Paulo, por exemplo, é muito diferente do regime de uma cidade pequena do interior. Como todas as regras que o Ministério faz, elas agradam alguns e desagradam a outros. Só que o pano de fundo é sempre engessar para que o dinheiro não saia da Previdência, para que não se perca dinheiro em aplicações. Então, o objetivo é blindar o dinheiro da Previdência. Acho muito importantes as resoluções, talvez sejam a parte mais importante do regramento da Previdência.

PN – Como a senhora imagina a situação dos RPPS daqui a alguns anos?

KS - A idade para as pessoas se aposentarem deve aumentar. Acredito também que as contas dos regimes próprios de Previdência deverão estar mais equilibradas, principalmente porque a tendência é a Previdência complementar, uma solução mais rápida para equacionar as contas dos regimes. Vai ter mudança de regra sim, como já está acontecendo na Europa, mas talvez o caminho mais curto para equacionar isso seja a Previdência complementar. PN

Cultura previdenciária nas escolas

Três mil professores e coordenadores de ensino de Goiás estão sendo preparados para dar início a um projeto em parceria com o governo federal que levará às salas de aula o tema Educação Previdenciária



Fotos: divulgação

Irene Chaves, coordenadora do PEP: “Foco não é o ensino sobre benefícios, mas sim a importância da Previdência na vida de todos”

A partir do ano que vem a educação previdenciária passará a fazer parte da grade curricular de cerca de 600 mil alunos da rede pública estadual de Goiás. Os direitos e benefícios previdenciários serão abordados nas aulas de Sociologia, Filosofia, História, Geografia e Língua Portuguesa. A iniciativa faz parte de um projeto-piloto desenvolvido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que firmou convênio com a Secretaria de Educação do Estado para treinar e capacitar, pela internet, 3 mil professores e coordenadores. Em sala de aula, eles vão atuar como disseminadores de cultura previdenciária.

A iniciativa faz parte do Programa de Educação Previdenciária (PEP) do Ministério da Previdência Social (MPS). Além das aulas virtuais, os professores receberam um material teórico de apoio, preparado pelo INSS. O documento tem informações que explicam desde o histórico da Previdência Social até os principais benefícios concedidos hoje. Com duração de 120 horas, o curso foi ministrado entre setembro e dezembro. A plataforma utilizada para a capacitação dos professores é o Moodle, um software livre que pode ser acessado pelo site do Ministério da Previdência Social.

É a primeira experiência do PEP com educação à distância para professores e com aplicação nas escolas. O objetivo principal é educar os jovens sobre a importância da Previdência Social antes mesmo de eles entrarem no mercado de trabalho. Depois

de Goiás, a expectativa é que, a partir de 2011, novos Estados passem a contar com o projeto.

Luciana Barbosa da Silva Gomes, professora do Colégio Estadual José Lobo, no bairro Rodoviário, em Goiânia, elogiou a postura do INSS de fazer com que o projeto-piloto tenha se iniciado fora do eixo Rio-São Paulo. “É muito bacana que essa iniciativa tenha começado por aqui. Vai ser bem interessante trabalhar com este tema. Eu e os outros professores já estamos pensando em um projeto interdisciplinar. Além dos alunos, nós também estamos aprendendo muito”, conta a educadora, que ministra aulas de português e espanhol para estudantes do ensino fundamental e médio.

Alguns professores já estão colocando o tema em pauta e se tornando fonte de consulta entre os alunos. É o caso de Lidiane Tomaz Santana. Ela é professora e coordenadora pedagógica do Colégio Estadual Olavo Bilac, em Águas Lindas de Goiás. O tema já está presente nas aulas de Geografia que ela ministra. “Estamos abordando o assunto de uma forma que os estudantes possam ver aplicações práticas no dia-a-dia. Muitos até já me procuraram para tirar dúvidas relacionadas a eles mesmos, já que alguns trabalham, ou em relação aos pais.” Ela disse que também pretende implementar na escola projetos onde os próprios alunos sejam disseminadores de informações sobre Previdência, por meio de palestras feitas por eles, visitas domiciliares supervisionadas a famílias da comunidade para falar sobre o assunto. “Por se tratar de uma comuni-

Projeto começa por Goiás e o meta do INSS é levá-lo a todos os Estados em 2011

dade carente, o que faltava mesmo era informação”, afirma. “É fundamental que eles entendam que a Previdência é um seguro e, para serem segurados, eles têm que contribuir”, explica.

A secretária de Educação do Estado de Goiás, Milca Severino Pereira, conta que a proposta de convênio foi feita pelo INSS ainda em 2009. “Aceitamos prontamente o desafio. Depois as equipes técnicas dos dois órgãos fizeram várias reuniões e acertaram o termo de parceria do projeto”. Segundo ela, após a assinatura e a publicação do plano, foram iniciadas as ações necessárias à formação dos professores e à preparação do material de apoio. A aula inaugural foi no dia 14 de setembro e o curso recebeu o nome de “Educação Previdenciária: faça, semeie e participe”. Ela diz que aceitou o desafio de levar o tema às escolas por acreditar que é necessário informar aos estudantes sobre os direitos e deveres relacionados às relações de trabalho, à proteção e à seguridade social. “O conteúdo é extremamente importante para todas as pessoas, mas ainda pouco estudado, pouco debatido, pouco conhecido”, afirma.

“A proposta é que o professor amplie os seus conhecimentos sobre Seguridade Social realizando o curso e, depois, encontre os objetivos de aprendizagem que julgar necessários para os estudantes, considerando

o ano escolar e o conteúdo da disciplina. Como o professor de Língua Portuguesa, por exemplo, pode incluir o tema nas suas aulas? Ele pode utilizar o tema da Seguridade Social e propor aos estudantes uma sequência de atividades para construir um texto informativo sobre a Previdência Social. É por aí”, explica a secretária. O projeto vai envolver toda a Educação Básica (da 1ª a 9ª série), considerando também a modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA). No Ensino Médio a disciplina será optativa. Atualmente a rede pública estadual de Goiás possui 591.857 alunos matriculados.

Milca diz confiar plenamente no êxito iniciativa. “Goiás tem sido exemplo de sucesso em diversos projetos realizados em parceria com outras instituições públicas e privadas. Nos sentimos muito honrados em sermos pioneiros nessa parceria, que certamente irá fortalecer a cidadania no nosso Estado. Esperamos que nossas ações resultem em números positivos e haja, cada vez mais, uma maior proteção social do trabalhador goiano”, finaliza.

Uma das responsáveis pelo “desenho” do curso à distância, Irene de Azevedo Chaves, conta que o INSS decidiu não fazer cursos presenciais por causa da dificuldade que teria para capacitar um grande contingente de professores. Ela diz que a equipe responsável pelo projeto considerou que a didática

adotada para prestar as informações aos professores acabaria sendo reproduzida por eles nas salas de aula, então a melhor opção era utilizar nos cursos uma linguagem bem acessível. “Colocamos a Previdência em situações do dia-a-dia deles. Tudo o que eles viram no curso tem uma relação prática. Lembramos que o foco não é o ensino sobre benefícios, mas sim sobre importância da Previdência na vida de todos”, diz a coordenadora do Projeto de Educação Previdenciária a Distância.

A professora Lidiane Santana planeja criar um projeto em que os alunos contribuam para disseminar informações sobre Previdência na própria comunidade



Luciana Gomes, professora: “Além dos alunos, nós também estamos aprendendo muito”





Milca Pereira, secretária de Educação de Goiás: “O conteúdo é extremamente importante para todas as pessoas, mas ainda pouco estudado e debatido”

Objetivo é conscientizar os jovens sobre a importância da Previdência Social antes que eles ingressem no mercado de trabalho

Elaborado em flash (linguagem de programação que permite utilizar recursos de animação mais avançados), o curso foi formatado para ter oito horas de duração presencial na aula inaugural e mais oito na final, além de 64 horas à distância e 40 horas de projeto pedagógico, totalizando 120 horas. “A nossa meta é levar este curso para as

escolas de todo o Brasil já a partir do ano que vem. Daqui a alguns anos pretendemos avançar mais ainda, oferecendo uma capacitação sem que seja necessária a presença de um tutor. O INSS nunca falou para o público externo desta maneira e a linguagem precisa ser vista com bastante cuidado”, diz Irene.

Programa também abrange comunidades rurais e indígenas

O Programa de Educação Previdenciária (PEP) do governo federal foi criado há dez anos e tem suas bases de atuação centradas em ações educativas como cursos, palestras, orientações individuais e participação em programas de rádio e televisão, dirigidas ao trabalhador que ainda não é segurado do INSS. O objetivo maior do programa é aumentar o número de brasileiros protegidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Paralelamente, o PEP também se dirige aos cidadãos que já são segurados, mas precisam aprender mais sobre seus direitos. O programa mantém parcerias com sete órgãos governamentais federais, estaduais e entidades de classe.

A parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é uma das mais antigas. O convênio foi assinado em 2004 e possibilita que educadores previdenciários participem de mutirões do Programa de Documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais, a fim de garantir que essas mulheres, além de obterem os documentos civis básicos como certidão de nascimento, RG, CPF e carteira profissional, também recebam informações sobre como se inscrever na Previdência Social e os benefícios a que têm direito, como a aposentadoria rural, o auxílio-doença e o salário-maternidade. No ano passado o convênio INSS-MDA beneficiou mais de 71,5 mil trabalhadoras.

Comunidades mais fechadas e de difícil acesso como quilombolas, aldeias indígenas e comunidades de ciganos também são atendidas pelo PEP. Muitas dessas pessoas, que podem ser inscritas na Previdência Social como segurados especiais, têm pouco ou nenhum conhecimento sobre seus direitos. Segundo o MPS, as parcerias fornecem o apoio logístico necessário às ações educativas para cada tipo específico de público. Enquanto o PEP fornece os educadores, os parceiros garantem transporte, o espaço físico e a estrutura tecnológica para os eventos, além de mobilizar a comunidade.

Os trabalhos do PEP também são focados na inclusão previdenciária de indivíduos que são economicamente ativos mas, pelas características informais de sua atividade, não são inscritos na Previdência Social. Nesse sentido, as parcerias mantidas pelo programa ampliam as ações sobre importantes grupos de trabalhadores. É o caso do convênio com a Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas, que garante a promoção de atividades de conscientização dirigidas aos revendedores autônomos das empresas ligadas à associação. Já a parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), ajuda o PEP a chegar até os microempreendedores populares – pequenos empresários com renda anual de até R\$ 65 mil. 

Crise Celta

Em apenas três anos, a Irlanda deixou de ser o “Tigre Celta” para virar “a bola da vez” da crise europeia e se ver obrigada a baixar um plano de austeridade que atinge salários e aposentadorias, a fim de obter ajuda do FMI e da UE

Foram necessários apenas três anos para que a Irlanda deixasse de ser o “Tigre Celta”, em vista do expressivo e então promissor crescimento econômico, para se tornar “a bola da vez” da crise europeia. Se meses antes, na Grécia, o problema decorreu de excesso nos gastos públicos, no país que tem no trevo de três folhas um símbolo nacional a derrocada teve início principalmente no estouro de uma bolha imobiliária, a reboque da crise global deflagrada a partir dos Estados Unidos, em 2008. A recessão que se seguiu derrubou os preços dos imóveis em até 60% e agravou a situação dos bancos, já bastante afetados pelo colapso do norte-americano Lehman Brothers, e levou o governo irlandês a socorrer as instituições financeiras em um montante que, até setembro passado, era estimado em mais de 50 bilhões de euros. Em novembro, depois de negar várias vezes que teria de pedir ajuda, a Irlanda cedeu e recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à

União Européia, anunciando em contrapartida um plano de ajuste que envolve, entre outros pontos, redução de salários e aumento na idade mínima das aposentadorias. Em dezembro FMI e UE responderam com um megapacote de socorro, na tentativa de estancar a sangria que ameaça chegar a outros países europeus.

No Plano de Recuperação Nacional irlandês, o governo prometeu economizar 15 bilhões de euros nos próximos quatro anos, cortando 10 bilhões de euros (US\$ 13,3 bilhões) em gastos e obtendo, ao mesmo tempo, receita extra de 5 bilhões de euros.

Com esta conta, espera diminuir o déficit orçamentário, dos atuais 32% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, para menos de 3% até 2014 – uma exigência do FMI e da UE para liberar recursos. Já para 2011 a meta é reduzir o déficit a 9,1% do PIB. A dívida do governo deve atingir 102% do PIB em 2013 e cair a 100% do PIB no ano seguinte. Ao anunciar o plano, o primeiro-ministro irlandês, Brian Cowen, afirmou que as

medidas têm como objetivo recuperar a “confiança da cidadania” e demonstrar que o país “tem futuro”. O governo irlandês informou ainda esperar que sua economia cresça a uma média anual de 2,75% até 2014. Segundo o ministro das Finanças, Brian Lenihan, os cortes vão se concentrar nas áreas responsáveis pelos maiores gastos do governo: pagamento, Previdência Social e bem-estar social.

O plano inclui o corte de 24.750 vagas no setor público, uma economia estimada em 1,2 bilhão de euros, além da redução em 1 euro o salário mínimo, que passa para 7,65 euros. Também será criado um novo imposto sobre imóveis, que, de acordo com Lenihan, custará 200 euros por ano aos proprietários até 2014.

Plano de recuperação irlandês prevê economia de 15 bilhões de euros até 2014

O imposto para empresas que se instalam no país será mantido em 12,5%, mas o governo irlandês anunciou que espera levantar 1,9 bilhão de euros em quatro anos por meio de mudanças no imposto de renda. Além disso, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) será elevado de 21% para 22% em 2013, o que renderá aos cofres públicos receita de 620 milhões de euros. No caso das aposentadorias, o plano prevê elevar a idade mínima para 66 anos em 2014, para 67 em 2021 e para os 68 em 2028.

O pacote de arrocho foi aprovado no Parlamento da Irlanda no começo de dezembro, por 82 votos a favor e 77 contra, em meio a uma forte crise política no país que já resultou na antecipação das eleições para o Executivo. O aval obtido pelo governo foi saudado pelo Fundo Monetário e a União Europeia como uma

grande demonstração de empenho para contornar a crise. Dias antes, FMI e União Europeia haviam fechado acordo com a Irlanda para liberar um plano de salvamento de 85 bilhões de euros, a juros médios de 5,8%, e uma contrapartida do país no valor de 17,5 bilhões de euros, que, segundo o governo da Irlanda, deverá ter como fonte o Fundo Nacional de Pensão e outros recursos domésticos. Na negociação, foi acertado que os irlandeses terão um ano a mais – até 2015 – para reduzir o déficit orçamentário a 3% do PIB.

Para o montante de recursos do pacote, o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira, o FMI e o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira contribuirão, cada um, com 22,5 bilhões de euros, com o restante a cargo da própria Irlanda. O programa tem duração de três anos, embora a extensão média dos empréstimos seja de sete anos. Conforme o acordo, 35 bilhões de euros serão destinados a socorrer os bancos irlandeses – com 10 bilhões de euros injetados na recapitalização imediata e 25 bilhões de euros em aportes eventuais –, enquanto os 50 bilhões de euros restantes serão destinados a cobrir a necessidade de financiamento do país.

O plano de salvamento foi recebido com apreensão pelos mercados. Um dos motivos é que o pacote não elimina a dívida irlandesa, que será apenas refinanciada. Logo após o anúncio das medidas, houve queda no rendimento dos títulos na Irlanda e a agência de classificação de crédito Standard & Poor's rebaixou a dívida do país. No caso da Grécia, em maio, o anúncio de um plano de socorro obteve uma resposta positiva dos investidores. Por trás da reação cautelosa pode estar também a preocupação de que a crise já tenha chegado irreversivelmente a outro país, Portugal, e se estenda depois para a Espanha. 

A presidenta, a Previdência e as mulheres



Foto: divulgação

Desde o dia 1º de janeiro, o Brasil é governado por uma mulher. Qual o significado disso para a questão do envelhecimento populacional? Na formação do ministério, pelo menos, nada mudou em relação a seus antecessores. A pasta da Previdência Social foi mais uma em meio a toda a barganha político-partidária e chegou a ser recusada por um governador de estado e senador eleito sob a desculpa de ser pouco atracente do ponto de vista político. Ou seja, o maior desafio para o futuro do País soa desinteressante aos olhos dos parceiros do governo Dilma. Mal começo em uma área que se impõe prioritária para o nosso desenvolvimento econômico.

A presidenta gostaria de formar uma equipe com o maior número possível de mulheres. Desta forma – acreditava ela – daria um sinal inequívoco de preocupação com as políticas de igualdade de gênero. Não chegou a surpreender pelas escolhas. Até porque, desde a ditadura militar, as mulheres freqüentam o primeiro escalão – a primeira ministra foi Esther de Figueiredo Ferraz, escolhida pelo general João Figueiredo para a Educação, em 1982. Nenhuma delas, das escolhidas, agregam uma simbologia ou, principalmente, foram designadas para uma missão consequente para estabelecer promissor o combate à discriminação à mulher na sociedade ainda machista.

Dilma desperdiçou uma oportunidade ímpar de dizer a que veio na questão do feminino. Poderia ter escolhido uma única mulher para a pasta mais importante para a questão da igualdade de gênero e para o futuro: a Previdência Social. Com seu caráter multidisciplinar, este ministério serviria de emblema para tudo o que a primeira presidenta eleita do país deseja para a mulher brasileira. Fal-

tou a Dilma alguma assessoria – se não técnica, ao menos de marketing. Poderia ela ter procurado alguns dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e descobriria que no livro “Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?”, a economista Ana Amélia Camarano destaca que, em 2020, cerca de 4,5 milhões de idosos precisarão de cuidados especiais – e, destes, 62,7% são mulheres.

A questão da Previdência permeia toda a vida do indivíduo. Logo nenhuma outra pasta pode influenciar na Educação, na Saúde, nas relações trabalhistas, na assistência social como a Previdência. É um campo de atuação ainda precário neste sentido por mirar – desde o início da década de 1990 – apenas a questão fiscal. O tal déficit da Previdência cega completamente os gestores da pasta e obscurece a grande questão feminina no âmago da situação previdenciária nacional. Não surpreende os homens recusarem o convite para o cargo. Mas a sensibilidade feminina poderia ter falado mais alto neste momento – a de Dilma e a de quem fosse convidada.

Se precisar de argumentos para o futuro, Dilma poderá ler o trabalho da professora Rosa Maria Marques, da PUC-SP, “A situação da mulher na América Latina e Caribe”. Segundo Rosa constatou, na maioria dos países da região, incluindo o Brasil, a mulher é penalizada duplamente. Primeiro porque, embora tenha mais anos de estudos do que os homens, percebe média salarial inferior a eles. Segundo porque amarga, ainda, a dupla jornada e, por viver mais, sofre a pena determinada pelo fator previdenciário que reduz o valor de seus benefícios em percentual maior do que dos homens. Maior prova de que a Previdência é questão feminina, impossível.

Jorge Félix, 42 anos, é jornalista e Mestre em Economia Política pela PUC-SP, onde integra o Núcleo de Pesquisas para o Desenvolvimento Humano (PDH)



Aula do
programa Brasil
Alfabetizado
no Amapá:
estado tem a
menor taxa de
analfabetismo
do país



Fotos divulgação

Cruzada pela alfabetização

Programa do governo federal amplia as condições para que os municípios consigam erradicar o analfabetismo, que hoje atinge 14 milhões de brasileiros com mais de 15 anos, uma população maior que a de países como Portugal

Um programa do governo federal está ampliando as condições para que os municípios brasileiros consigam combater um dos maiores problemas nacionais: o analfabetismo. Com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), do Ministério da Educação (MEC), o foco é retirar jovens, adultos e idosos da massa de 14 milhões de pessoas em todo o país, segundo o MEC, que não sabem ler ou escrever o próprio nome, são incapazes de reconhecer números ou letras e têm dificuldades até mesmo para tomar um

ônibus. Este contingente equivale a 9,7% da população brasileira com mais de 15 anos de idade e supera a população de países como Portugal, Grécia, Uruguai, Irlanda, Porto Rico e Líbano. A meta do Brasil, definida em um acordo estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), é chegar à taxa de 6,7% de analfabetismo em 2015. “O Brasil Alfabetizado é fundamental para cumprir o compromisso de erradicar o analfabetismo, tratando o assunto com a urgência que merece”, diz o coordenador-geral do

Meta acertada com Unesco é reduzir taxa de analfabetismo, hoje de 9,7%, para 6,7% em 2015

programa, o professor Mauro José da Silva, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad, órgão ligado ao Ministério da Educação.

A meta é ousada, já que a taxa de analfabetismo acima de 15 anos cai a uma velocidade muito lenta ano a ano. Em 2007, foi de 10,09%; em 2008 passou para 9,96% e, em 2009, fechou em 9,7%. Em sua estratégia para acelerar esta queda, o governo federal definiu que terão prioridade no programa os 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desde a sua criação, em 2003, até julho de 2010, o programa já atendeu mais de 12 milhões jovens, adultos e idosos, em cerca de 4.000 municípios, incluindo os prioritários.

A maior parte dos municípios prioritários está na região Nordeste, perfazendo um total de 7,3

milhões de brasileiros, com cidades de Alagoas, Piauí e Paraíba apresentando as taxas de analfabetismo mais elevadas, respectivamente 24,57%, 23,35% e 21,62%. Em todo o país, entre os estados com mais de um milhão de analfabetos, três também estão no Nordeste: Bahia (1,80 milhão), Ceará (1,15 milhão) e Pernambuco (1,143 milhão). A segunda região em situação mais crítica é o Norte, com taxa de analfabetismo de 10,57%, seguida por Centro-Oeste (7,99%), Sudeste (5,68%) e Sul (5,46). As melhores taxas são de Amapá (2,82%), Distrito Federal (3,45%) e Rio de Janeiro (3,97%).

O Ministério da Educação ainda não dispõe de informações oficiais quanto aos municípios que se já livraram do analfabetismo. Segundo o coordenador do Programa Brasil Alfabetizado, o Censo 2010 será um grande colaborador neste

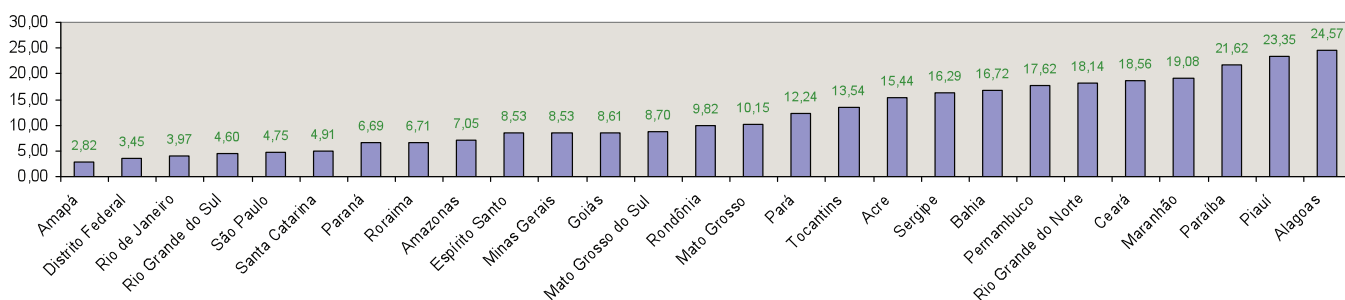


Silva, da Secad: projeto de criação de um selo para ser concedido aos municípios que tenham se livrado do analfabetismo

Total de analfabetos com 15 anos ou mais de idade

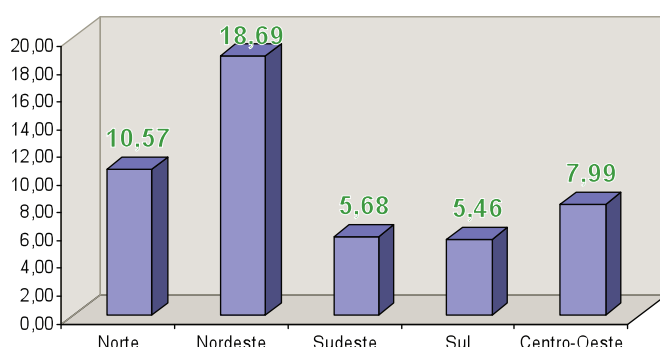
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	15.158.483	15.031.772	14.411.931	14.135.122	14.247.495	14.104.984
Nordeste	8.019.296	7.975.447	7.687.446	7.553.019	7.499.961	7.361.435
Sudeste	3.835.081	3.892.537	3.620.189	3.525.704	3.619.952	3.583.696
Sul	1.254.372	1.198.897	1.171.894	1.145.915	1.159.393	1.184.644
Norte	1.196.477	1.115.200	1.123.492	1.101.383	1.128.395	1.135.639
Centro-Oeste	853.257	849.691	808.910	809.101	839.794	839.570

Taxa de analfabetismo 2009 segundo as Unidades da Federação



Governo federal definiu que terão prioridade os 1.928 municípios com taxa igual ou superior a 25%

Taxa de analfabetismo por Região - 2009



processo, apresentando um panorama real do nível de alfabetização nas cidades brasileiras. “Só vamos ter condições de saber ao certo quais são esses municípios depois do Censo, mas já temos a previsão de criar um selo para ser concedido aos municípios que tenham se livrado do analfabetismo ou estejam realizando um trabalho de excelência”, revela Silva.

Aliados a outros projetos de alfabetização como o EJA (Educação de Jovens e Adultos), o Brasil Alfabetizado vai, aos poucos, modificando esta realidade. “O programa trabalha com aquelas pessoas que não sabem realmente ler. Assim que

Estados comemoram resultados do programa

Eleni, gestora do PBA no Amapá: “Onde existe um lugar com lousa e cadeiras, lá estamos nós”

Com a menor taxa de analfabetismo do país, o estado do Amapá conquistou a liderança por fazer chegar o programa Brasil Alfabetizado a lugares de difícil acesso. “São locais em que só se chega de barco, depois de muitas horas de viagem e onde era difícil o poder público chegar”, conta a professora Eleni Dantas, gestora



do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) no estado. Outro ponto importante, segundo ela, é o fato de o modelo do PBA ser flexível quanto à utilização de espaços para os estudos, que vão além da sala de aula convencional. “Onde existe um lugar com uma lousa e cadeiras, lá estamos nós. Não importa se for em uma comunidade indígena ou ribeirinha”, diz Eleni. O estado também possui uma política diferenciada no que se refere ao pagamento dos educadores que integram um programa. Eles recebem, além da bolsa no valor de R\$ 250,00 do governo federal, uma contrapartida do governo local de R\$ 200,00.

Com 16 municípios, o Amapá tem uma população de pouco mais de 600 mil habitantes e 25 mil analfabetos. O PBA, desde que foi implementado, em 2003, já atendeu 18 mil pessoas. Já no Distrito Federal, que conta com 2 milhões de habitantes, o Brasil Alfabetizado teve início em 2009, sucedendo uma série de programas e ações de combate ao analfabetismo realizadas anteriormente que fizeram o DF ostentar hoje o segundo menor índice de pessoas que não sabem ler e escrever no país. Segundo Alexandra Pereira da Silva, gerente de Desenvolvimento Curricular e Políticas Públi-

concluem o módulo e passam a ter condições de alfabetização, elas são encaminhadas para o EJA, onde passam a cursar o Ensino Fundamental”, explica Silva.

Em 2009, o programa atendeu cerca de 1 milhão de pessoas. A meta do MEC é fechar este ano com 2,2 milhões de participantes. Qualquer município interessado pode aderir ao Brasil Alfabetizado. O pedido de adesão é feito pela internet na própria página do ministério. O programa é desenvolvido pelos entes executores, estados e municípios que aderem voluntariamente ao programa. O pagamento de bolsas aos professores e do valor de apoio aos executores é realizado pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. “Nossa intenção é criar a menor dificuldade possível para os alunos. Por isso o programa é bastante flexível e

permite que as aulas aconteçam em comunidades, igrejas, associações de bairros e até mesmo na casa dos professores”, explica Silva.

O PBA vai além da sala de aula, procurando auxiliar os alunos com problemas como o de visão, que dificulta acompanhar o que está na lousa. Graças à parceria entre os governos federal, estaduais e municipais, muitos alunos estão passando por consultas oftalmológicas e ganhando óculos, dentro do Programa Olhar Brasil. “Como a maior parte dos alunos do PBA está acima dos 40 anos, essa era uma ação necessária, até mesmo para garantir o aprendizado”, afirma Silva.



cas de Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal, o governo local passou por uma pressão social intensa para que projetos de educação de jovens e adultos como o “abcDF” fossem iniciados, antes mesmo da adoção do Brasil Alfabetizado. “O ‘abcDF’ foi implantado em 2007, nos mesmos moldes do Brasil Alfabetizado, e estamos finalizando o programa com um total de 45 mil pessoas atendidas”, explica. Com a adesão ao Brasil Alfabetizado, o ‘abcDF’ será encerrado para que seja enfatizado o programa federal. “Nossa vontade é, para o ano que vem, começarmos já com 10 mil pessoas sendo atendidas logo de cara”, revela Alexandra.

No Rio de Janeiro, o programa é aplicado desde 2005 e já atendeu 160 mil pessoas nos 92 municípios do estado. Estima-se que o número de pessoas analfabetas chegue 500 mil no território fluminense, mas as ações do Brasil Alfabetizado já estão surtindo resultado e o sonho de ter alguns municípios livres do analfabetismo pode estar próximo. “Pelos índices que já temos, em torno de 24 municípios deverão deixar de ser atendidos pelo programa, por conta de já termos cumprido a nossa missão”, revela Lu-

ciano de Sant Anna dos Santos, gestor do PBA da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Ele explica que a confirmação que quais cidades reduziram a zero o número de analfabetos virá com a divulgação completa do Censo do IBGE, prevista para o ano que vem. “Agora, um dos nossos maiores desafios é fazer com que eles continuem os estudos. Por isso já há uma articulação muito grande entre estados e municípios para que eles passem a frequentar as escolas. Não podemos perder esse vínculo que eles criaram com a educação.”

Santos, gestor do PBA no Rio: missão cumprida em 24 municípios

PN



Foto: Marcos França

Dóris: “Vejo outras pessoas, às vezes mais novas do que eu, com artrose, dores no joelho, nas pernas. Eu não tenho nada”

Depois dos 60, o rejuvenecimento

O fortalecimento muscular e a disposição proporcionados por exercícios físicos e prática de esportes atraem cada vez mais o público da terceira idade, que encontra nos novos hábitos um combustível para aproveitar melhor a vida

Manter uma rotina de exercícios físicos depois dos 60 anos tem transformado a vida de muitos brasileiros. É cada vez mais comum encontrar frequentadores da terceira idade em academias e grupos de esporte e ginástica em associações que desenvolvem programas para este público. Os benefícios para a saúde e bem-estar são tão evidentes que acabam servindo de combustível para persistir cada vez mais no hábito de cuidar do corpo e da mente. Estudos científicos não faltam para confirmar que os exercícios físicos, mesmo que iniciados tardiamente, são extremamente eficazes para atenuar problemas de saúde causados

pelo envelhecimento, fortalecer a musculatura e melhorar a capacidade cardiovascular.

Um dos trabalhos mais recentes sobre o assunto, realizado pela Clínica de Medicina do Exército (Clinimex), do Rio de Janeiro, avaliou os efeitos da musculação em 175 pessoas acima dos 63 anos durante quase dois anos.

O objetivo do trabalho era saber se a muscula-

dá maior autonomia ao idoso, melhorando a qualidade de vida e reduzindo a vulnerabilidade a quedas - um problema grave, que todos os anos atinge milhares de idosos. Araújo destaca que a pesquisa da Clinimex faz parte de outros levantamentos mais amplos, que desde 1995 já envolveram 1.800 pessoas cujos hábitos incluem atividades físicas. “Temos casos de

Estudo com grupo de mais de 63 anos mostrou que a recuperação da força muscular é da ordem de 7% ao ano

ção atenuaria ou reverteria a perda natural da força com o envelhecimento. A constatação foi que os participantes tiveram um ganho de força de até 7% ao ano. Sem exercícios, a média anual de perda de força com o envelhecimento é de 2%. Segundo o orientador do estudo, o médico e doutor em Fisiologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Cláudio Gil Araújo, o resultado mostrou que sim, é possível recuperar a força muscular perdida com o tempo. Ele citou um outro dado para explicar. Segundo ele, que também é especialista em medicina no exercício do esporte, logo depois da faixa dos 40 anos a média de perda de força e musculatura é de 1%, se nenhuma atividade física for feita. “Agora, se a pessoa pratica algo, é possível conseguir reverter isso. Ao ter um ganho de até 7%, como ficou comprovado na pesquisa, é como se a pessoa também ficasse sete anos mais jovem”, afirma.

Ele diz ainda que, quanto pior estiver o condicionamento físico da pessoa, maior é a possibilidade de ganho de força e de musculatura com a prática do exercício. “É muito difícil melhorar um Mike Tyson, mas podemos transformar um senhor de 65 anos que não tinha o hábito de exercícios físicos”, explica Araújo. Durante os testes, também foi observado que o aumento da força e da potência

de pessoas que estão conosco há mais de 15 anos e que praticamente não perderam potência e musculatura. É como se o tempo não tivesse passado para elas”.

Mas será que é preciso ir à academia todos os dias? Os especialistas dizem que não. Para quem está acima dos 60, é recomendado de duas a três vezes por semana, realizando uma média de 8 a 12 exercícios de braço e perna, de duas a três séries, de cinco a oito repetições, sempre enfatizando a velocidade de execução. Um outro trabalho, da British Medical Journal, uma publicação inglesa voltada para a medicina baseada em evidências e considerada uma das mais respeitadas de sua área em todo o mundo, verificou o desempenho de pessoas sedentárias de mais de 65 anos. O estudo americano avaliou os benefícios cardiovasculares de um ano de treino intenso e progressivo em pessoas que não faziam atividades físicas. Uma das constatações foi a melhora da função ventricular. O coração ficou mais apto a responder às exigências durante o esforço e com menor sobrecarga, o que é um importante indicador de saúde cardiovascular, segundo os especialistas.

Mas não é por conta dessa boa notícia que as pessoas devem sair por aí se matriculando em academias, alertam os especialistas. Antes, é

Irene, pedagoga aposentada, criou um blog sobre atividades físicas na terceira idade





Marcos, no Conviver, em Mongaguá: “Para mim, esta é a melhor fase da minha vida”

preciso passar por um médico especialista e realizar uma avaliação cardiológica.

Uma outra pesquisa publicada pelo British Medical Journal mostrou ainda que os indivíduos que começaram a se exercitar depois dos 50 tive-

Atividades físicas aumentam capacidade de relaxamento e o nível do chamado colesterol bom

ram redução na taxa de mortalidade semelhante ao grupo que se exercitava há mais tempo.

Aos 64 anos, o aposentado Marco José de Oliveira, morador de Mongaguá, no litoral de São Paulo, é a prova de que a atividade física é mesmo transformadora. Oliveira, que faz vôlei adaptado para sua faixa etária e ginástica quatro vezes por semana há cerca de dois anos, diz que está em seu melhor mo-

mento físico. “Antes eu sentia muitas dores no corpo, principalmente nas pernas e nos ossos. Hoje, sou outra pessoa. Para mim, esta é a melhor fase da minha vida”, revela Oliveira, que integra o Centro de Valorização do Idoso (Conviver) do município, onde pratica gratuitamente atividade física ao lado de sua esposa. “Depois que nós dois caímos na ‘malhação’, passamos a ter uma qualidade de vida que nunca tivemos”, afirma. Um dos motivos deste bem-estar é que as atividades físicas aumentam a capacidade de relaxamento, de dilatação dos vasos sanguíneos e o nível do chamado colesterol bom, o HDL.

Mas quem tem horror a academia pode optar por atividades aeróbicas ao ar livre, sempre depois da liberação médica, como caminhar ou andar de bicicleta. No começo, bastam duas a três vezes por semana, com duração de 20 a 30 minutos e intensidade leve. Depois, pode-se progredir para cinco a sete dias na semana, aumentando o tempo para 30 ou 60 minutos.

Adepta do vôlei, a aposentada Dóris Montagner, 69 anos, conta que começou a se exercitar somente aos 55 anos. “Vejo outras pessoas por aí, às vezes mais novas do que eu, que têm artrose, dores no joelho e nas pernas. Eu não tenho nada, graças à prática do esporte”, diz ela, que foi funcionária pública da prefeitura de Peruíbe, litoral sul de São Paulo. Hoje Dóris faz suas atividades físicas nos grupos criados pela Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura de Guarujá, município a uma hora de distância da capital paulista.

Com a experiência de quem atua desde 1989 com a chamada terceira idade, a coordenadora dos núcleos da terceira idade do Clube Associação dos Funcionários Públicos de São Bernardo do Campo, Irani Lourenço Cruz Ro-

drigues, também recomenda ginástica e esporte como formas de evitar as doenças. “Digo que sempre é tempo para começar. Nos últimos anos, houve uma quebra de tabu em relação ao esporte e ao idoso. Antes, achava-se que eles tinham que ficar casa, parados e de pijama. Hoje, já se sabe que o esporte é essencial para uma boa saúde”, diz.

O Clube Associação dos Funcionários Públicos atende cerca de 200 idosos que fazem vôlei adaptado, hidroginástica e caminhadas. Lá, é comum encontrar Balbina Gregória de Jesus Silva. Aos 72 anos, ela esbanja saúde e simpatia. Movida a desafios, Balbina diz que depois de ter se aposentado da função de diretora escolar no município de São Bernardo do Campo decidiu que precisava fazer alguma coisa nas horas vagas. Foi então que descobriu nos exercícios físicos uma fonte de tanto entusiasmo que virou atleta de corridas. Desde os



Foto: divulgação



Foto: Carolina Lopes/AFPPSBC

65 anos vem participando de inúmeras provas de 10 quilômetros. Balbina já correu em Campinas, Praia Grande, São Paulo e muitas outras cidades do estado. “Em todas as disputas que participei, cheguei até o final. Não desisto”, conta a jovem senhora.

Ela revela que também gosta de viajar. Depois que se aposentou, passou a trabalhar como guia turístico. Balbina também faz natação e dança tango “maravilhosamente”, dizem seus amigos. “O esporte trouxe tudo de bom para mim. Se eu paro um mês, o corpo já começa a sentir falta”, revela.

Também certa de que o esporte é sinônimo de qualidade de vida, a pedagoga aposentada e agente social, Irene da Rocha, 54 anos, resolveu compartilhar pela internet a inclusão da terceira idade no esporte. Ela criou, em 2007, um blog (<http://esporteterceiraidade.zip.net/>) onde conhece pessoas que também são apaixonadas por esporte e divulga as diversas modalidades esportivas praticadas em São Bernardo do Campo, cidade onde mora. “O objetivo é incentivar a terceira idade a manter uma rotina de atividades físicas através da divulgação dos registros que faço em diversos campeonatos dos quais participo em alguns municípios. O esporte pode começar a ser feito muito antes dos 60 anos e, depois, com maior frequência para que se obtenha uma qualidade de vida, satisfação pessoal e inclusão social.”

PN

Irani, coordenadora dos núcleos da terceira idade de São Bernardo do Campo: “Sempre é tempo para começar”

Balbina, de 72 anos, participa de corridas de 10 quilômetros desde os 65

Confira o comportamento das aplicações

*Esta é a sétima edição do estudo relativo ao desempenho dos fundos destinados a regimes próprios de Previdência, fruto de uma parceria entre a revista **Previdência Nacional** e a **Somma Investimentos**. O levantamento se propõe a fornecer uma visão ampla da indústria de fundos adequados a Resolução 3790/09 – os fundos que são elegíveis para os RPPS. As alterações introduzidas pela Resolução 3790/09 trouxeram significativas mudanças para o conjunto de fundos destinados aos RPPS e o acompanhamento periódico dos fundos de investimento tornou-se importante para a tomada de decisão dos gestores. Podemos citar como exemplo o fato de que a aplicação dos recursos em fundos com parâmetro de referência ao Índice de Mercado Andima (IMA) introduziu um conceito no segmento de renda fixa que até então era exclusivo do segmento de renda variável, a volatilidade.*

Ressaltamos que o estudo não se constituiu em um ranking, embora a ordem de apresentação seja dada pela rentabilidade. Para a elaboração de um ranking é necessário definir medidas de risco e retorno que serão comparadas, além do intervalo de tempo a ser utilizado. Muitos fundos vinculados ao IMA não possuem um histórico mínimo para uma avaliação consistente de seus resultados. O estudo abrange indicadores que envolvem tanto a evolução patrimonial quanto a rentabilidade e volatilidade dos fundos de investimento. Os indicadores utilizados no quadro são a rentabilidade, a volatilidade e o índice de Sharpe dos últimos 12 meses. Optamos pela utilização deste índice com o objetivo de fornecer ao leitor um indicador que acompanha os retornos ajustados pelo risco para os fundos. Em um cenário de elevação da Taxa Selic, a marcação a mercado eleva consideravelmente a volatilidade dos ativos, e isto se reflete nos fundos, por isto entendemos ser importante um acompanhamento da volatilidade. Nesta edição apresentamos uma breve explicação sobre o funcionamento de cada classe de ativos acompanhada pelo nosso ranking. Para concluir, esperamos que este estudo sirva de fonte de informações e orientação aos gestores dos RPPS para dar suporte às decisões sobre as aplicações dos recursos previdenciários.

Referenciados

Esta é uma categoria de fundos que, por força de regulamento, são referenciados a indicadores de desempenho, os chamados benchmarks. Estes fundos devem atender às seguintes condições cumulativamente: I - Ter 80%, no mínimo, de seu patrimônio líquido representado, isolada ou cumulativamente, por a) Títulos do Tesouro Nacional; b) Títulos ou valores mobiliários de renda fixa cujo emissor esteja classificado na categoria baixo risco de crédito, com certificação por agên-

cia de classificação de risco localizada no País. E II – Estipular que 95% (noventa e cinco por cento), no mínimo, da carteira seja composta por ativos financeiros de forma a acompanhar direta ou indiretamente a variação do indicador de desempenho (benchmark) escolhido. Tomemos como exemplo dois fundos, um referenciado ao IMA-B e outro referenciado ao certificado de depósito interbancário, o CDI. O fundo referenciado ao IMA-B deve manter em sua estrutura

95% de ativos que acompanhem a variação do IMA-B, isto é, NTN's do tipo B, ao passo que o fundo referenciado ao CDI deve manter ati-

vos que acompanhem variação do Certificado de Depósito Interbancário - por exemplo, títulos públicos de emissão do Tesouro.

Ações

Os fundos de ações constituem-se em fundos que investem diretamente, ou indiretamente, em ativos que representam partes de empresas, isto é, ações. As ações são a menor fração do capital social de uma empresa, e podem ser de dois tipos: as ordinárias, que conferem direito ao voto para seus detentores nas assembleias de acionistas, e as preferenciais, que concedem preferência no recebimento de parte dos lucros através de dividendos. Os fundos de ações devem aplicar no mínimo 67% do seu patrimônio líquido em ações ou ativos que

representem direta ou indiretamente as ações. Podem ser referenciados a índices de desempenho das ações tais como o Ibovespa ou IBX, ou podem possuir estratégias específicas, de acordo com sua política de investimento. Seu desempenho é determinado pela evolução das variáveis macroeconômicas, tais como taxa de juros, taxa de câmbio e inflação, e pelos lucros das empresas investidas, pela expectativa de lucros destas empresas e, conseqüentemente, a distribuição destes lucros através dos dividendos, aos acionistas.

Renda fixa

Os fundos de renda fixa são aqueles que investem em ativos denominados ativos de renda fixa. Estes ativos têm como principal característica o fato de que seu rendimento e risco estão diretamente associados à variação da taxa de juros doméstica ou de índices de inflação, ou ambos. Os fundos de renda fixa devem possuir em sua estrutura de ativos, obrigatoriamente, 80% (oitenta por cento) da carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados, via derivativos, ao fator de risco que fornece nome e classe do fundo, isto é, taxa de juros

doméstica ou índices de inflação, ou ambos. Estes ativos podem ser pré-fixados ou pós-fixados. Os ativos pré-fixados têm por característica o fato de que no momento da compra o rendimento no vencimento do ativo é conhecido. No caso dos ativos pós-fixados, embora o rendimento do ativo até o vencimento não seja conhecido no momento da compra, o parâmetro que determina este rendimento é, como por exemplo, a variação da taxa de juros Selic, ou dos índices de inflação relacionados aos ativos presentes no fundo de Renda Fixa.

Multimercados

Os fundos multimercados são fundos de investimento que não possuem obrigação de concentração mínima em nenhuma classe de ativos financeiros. Os limites para aplicações dos recursos do fundo em diferentes mercados e a adoção de diferentes estratégias de investimento são definidos pela política de investimento do fundo. Estes fundos costumam utilizar a liberdade de alocação para obter retornos nos mais variados mercados. Desde movimentos

das variáveis macroeconômicas (taxa de Inflação, taxa de juros e taxa de câmbio), passando por significativas diferenças de preços entre ativos semelhantes no mesmo mercado (ações ordinárias e preferenciais), ou até de distorções entre preços de moedas de diferentes países. Além disto, alguns fundos nesta categoria podem utilizar estratégias de investimento que impliquem alavancagem significativa da carteira. Para esta classe de fundo vale, mais do que em qualquer

outra classe, o famoso binômio da teoria do portfólio, que trata de risco & retorno. Quanto mais arrojada e agressiva a estratégia do fundo

multimercado, maior a possibilidade de retornos elevados e, consequentemente, maior o risco assumido pela carteira do fundo.

FIDCs

Os FIDC's são fundos compostos por direitos creditórios. Um direito creditório significa um contrato onde existe um direito de recebimento

de um valor futuro, em razão de um crédito gerado no presente. Por exemplo, um financiamento de veículo feito por um banco a uma pessoa fi-

REFERENCIADOS

Nome	Classificação Anbima	Benchmark	Início do fundo	
CSHG JURO REAL FIC REFERENCIADO IPCA	Renda Fixa Índices	IMA-B	5/27/08	
CAIXA RS FI REFERENCIADO IPCA CRÉDITO PRIVADO LP	Referenciado Outros	IMA-B	8/13/09	
BTG PACTUAL FI REFERENCIADO IPCA	Referenciado Outros	IMA-B	12/14/05	
BNP PARIBAS TARGUS FIC REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	5/30/05	
BTG PACTUAL YIELD FI REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO	Referenciado DI	CDI	10/2/95	
CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP	Referenciado DI	CDI	7/5/06	
UNIBANCO INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	11/16/95	
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	Referenciado DI	CDI	12/29/04	
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIC REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	4/17/09	
BCSUL VERAX ESTRELA FI REFERENCIADO DI LP	Referenciado DI	CDI	12/13/02	
HSBC TÍTULOS PÚBLICOS FI REFERENCIADO DI LP	Referenciado DI	CDI	4/1/97	
HSBC REGIMES PRÓPRIOS FI REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	7/5/07	
CAIXA FI REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP	Referenciado DI	CDI	7/15/09	
VOTORANTIM FEDERAL FIC REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	9/13/07	
SAFRA SOBERANO INSTITUCIONAL FIC REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	9/3/07	
CDI				
IMA-B				

AÇÕES

Nome	Classificação Anbima	Benchmark	Início do fundo	
SAFRA EXPORTAÇÃO FI AÇÕES	Ações Livre	Não definido	8/23/04	
MARLIM FI AÇÕES	Ações Dividendos	Ibovespa	6/30/08	
GWJ CLASSIC FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	2/12/07	
MERCATTO GESTÃO FUNDAMENTALISTA FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	4/25/03	
J. MALUCELLI AÇÕES FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	12/4/01	
HSBC DIVIDENDOS FI AÇÕES	Ações Dividendos	Não definido	10/6/97	
BTG PACTUAL DINÂMICO FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	Não definido	5/18/98	
HSBC REGIMES PRÓPRIOS FIC AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	3/11/10	
SCHRODER IBRX-50 FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	Ações IBrX Ativo	IBX 50	5/12/06	
BNP PARIBAS ACE FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	4/2/01	
SANTANDER PIBBS IBRX 50 FI AÇÕES	PIBB	Cota de PIBB	9/12/05	
CAIXA BRASIL IBX 50 FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX 50	2/18/08	
SANTANDER INSTITUCIONAL IBRX ATIVO FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	8/15/97	

sica ou jurídica gera um direito creditório para o banco contra quem financiou o veículo. O banco vende este direito creditório ao fundo de investimento em direitos creditórios, o FIDC, que passa a ser o detentor deste direito. Os FIDC's podem ser estruturados para conter direitos creditórios desde que estes sejam originados no segmento financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil, de prestação de serviços, contratos mercantis de

compra e venda de produtos ou serviços para entrega ou prestação futura. Também podem conter direitos e títulos de crédito desde que reconhecidos pela Comissão de Valores Mobiliários como tais. Embora se constitua de estruturas distintas dos bancos cedentes do direito creditório, e normalmente possua uma robusta estrutura de garantias e coberturas, o seu desempenho depende da adimplência sobre estes contratos de crédito.

	Patrimônio Líquido 31/12/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Dezembro - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 31.098.442,66	2,36%	15,77%	15,81%	1,71	3,16%
	R\$ 132.963.619,40	1,36%	13,42%	13,47%	2,53	1,31%
	R\$ 355.123.525,23	1,25%	13,03%	13,09%	2,12	1,41%
	R\$ 542.869.164,68	0,96%	10,09%	10,13%	3,51	0,09%
	R\$ 3.463.886.075,04	0,95%	10,11%	10,14%	5,74	0,06%
	R\$ 226.653.050,48	0,94%	9,73%	9,76%	-0,38	0,05%
	R\$ 455.648.023,65	0,93%	9,79%	9,83%	0,65	0,06%
	R\$ 4.340.427.542,75	0,91%	9,60%	9,63%	-2,77	0,05%
	R\$ 250.586.765,93	0,91%	9,56%	9,60%	-3,42	0,05%
	R\$ 52.222.507,77	0,91%	9,53%	9,57%	-3,82	0,05%
	R\$ 1.088.162.739,82	0,91%	9,47%	9,50%	-4,74	0,05%
	R\$ 3.878.821,34	0,90%	9,69%	9,72%	-0,43	0,13%
	R\$ 45.968.504,65	0,90%	9,47%	9,51%	-4,77	0,05%
	R\$ 28.636.462,54	0,90%	9,46%	9,49%	-5,30	0,05%
	R\$ 241.319.621,25	0,89%	9,37%	9,41%	-6,79	0,05%
		0,93%	9,75%	9,79%	0,00	0,05%
		2,39%	17,04%	17,04%	2,04	3,17%

	Patrimônio Líquido 31/12/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Dezembro - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 46.001.392,04	5,02%	-9,96%	-9,97%	-0,69	24,32%
	R\$ 54.892.338,42	4,73%	17,68%	17,67%	0,75	9,84%
	R\$ 83.353.067,52	4,65%	9,81%	9,81%	0,07	14,27%
	R\$ 137.714.419,66	4,31%	6,51%	6,43%	-0,10	16,61%
	R\$ 10.351.635,54	4,26%	-6,87%	-6,88%	-0,86	17,46%
	R\$ 73.274.814,69	4,17%	1,60%	1,59%	-0,40	16,21%
	R\$ 156.792.113,73	4,07%	1,60%	1,60%	-0,27	20,60%
	R\$ 78.449.186,59	4,04%				
	R\$ 186.700.196,33	3,72%	-0,69%	-0,70%	-0,38	20,64%
	R\$ 123.742.702,68	3,53%	3,05%	3,05%	-0,23	19,44%
	R\$ 103.460.962,94	3,50%	-0,93%	-0,94%	-0,37	21,37%
	R\$ 158.347.964,92	3,34%	-1,01%	-1,01%	-0,40	20,56%
	R\$ 11.739.728,68	3,33%	0,98%	0,98%	-0,31	20,22%

AÇÕES (CONTINUAÇÃO)

Nome	Classificação Anbima	Benchmark	Início do fundo	
SUL AMÉRICA DIVIDENDOS FI AÇÕES	Ações Dividendos	Não definido	8/20/09	
SUL AMÉRICA PENSION IBRX ATIVO FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX 50	7/3/07	
BANRISUL AÇÕES FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	11/3/71	
CONCÓRDIA SET FI AÇÕES	Ações Livre	Não definido	2/3/04	
MERCATTO ESTRATÉGIA FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	11/18/98	
BB INDEXADO IBRX FIC AÇÕES	Ações IBrX Indexado	IBX	7/1/86	
SAFRA ISE FI AÇÕES	Ações Sustentabilidade/Governança	Não definido	1/23/06	
J. MALUCELLI SMALL CAPS FI AÇÕES	Ações Small Caps	Ibovespa	6/30/08	
HSBC AÇÕES PLUS FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	7/20/98	
BNP PARIBAS GRAND PRIX FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	2/11/04	
DESTERRO IBRX 50 FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX 50	5/5/10	
SAFRA SETORIAL ENERGIA FI AÇÕES	Ações setoriais energia	IEE	10/1/97	
ITAÚ INSTITUCIONAL IBRX ATIVO FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	12/18/97	
INFINITY SELECTION FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	4/7/08	
FATOR INSTITUCIONAL FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	1/27/97	
VOTORANTIM IBRX FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX 50	11/10/06	
HUMAITÁ VALUE FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	6/30/05	
BTG PACTUAL INSTITUCIONAL DIVIDENDOS FI AÇÕES	Ações Dividendos	Não Informado	3/10/08	
BRADESCO INSTITUCIONAL IBX ATIVO FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	11/4/99	
BRADESCO PLUS IBOVESPA FI AÇÕES	Ações Ibovespa indexado	Ibovespa	10/25/99	
UNIBANCO INDEX IBOVESPA FI AÇÕES	Ações Ibovespa indexado	Ibovespa	11/26/99	
BANRISUL INFRA-ESTRUTURA FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	10/2/97	
SAFRA INDICIAL FI AÇÕES	Ações Ibovespa indexado	Ibovespa	4/16/97	
BRADESCO PRIVATE ALAVANCADO IBOVESPA FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	3/16/95	
HSBC TOP FI AÇÕES	Ações Ibovespa indexado	Ibovespa	1/1/80	
BB INDEXADO IBOVESPA FIC AÇÕES	Ações Ibovespa indexado	Ibovespa	12/21/93	
XP INVESTOR FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	9/15/06	
BRADESCO INDEXADO IBOVESPA FIC AÇÕES	Ações Ibovespa indexado	Ibovespa	3/1/94	
BANRISUL ÍNDICE FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	10/1/97	
ITAÚ INSTITUCIONAL IBOVESPA ATIVO FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	5/2/97	
BANRISUL GOVERNANÇA CORPORATIVA FI AÇÕES	Ações Sustentabilidade/Governança	IGC	8/29/08	
ITAÚ RPI IBOVESPA FIC AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	4/25/08	
BANRISUL PERFORMANCE FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	7/4/94	
SAFRA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	Ações Setoriais Livre	Ibovespa	1/30/07	
SANTANDER INSTITUCIONAL FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	3/24/97	
BB RPPS GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	Ações Sustentabilidade/Governança	IGC	6/10/09	
SAFRA LARGE CAP FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	5/3/04	
VOTORANTIM FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	8/3/92	
SAFRA AÇÕES FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	6/24/69	
BRADESCO GOVERNANÇA CORPORATIVA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	Ações Sustentabilidade/Governança	IGC	11/30/07	
ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA FIC AÇÕES	Ações Sustentabilidade/Governança	IGC	8/31/07	
SAFRA SETORIAL BANCOS FI AÇÕES	Ações Setoriais Livre	Não definido	10/1/97	
SAFRA CONSTRUÇÃO CIVIL FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	5/8/08	
SAFRA SMALL CAP FI AÇÕES	Ações Small Caps	Não definido	9/11/03	
Ibovespa				
IBX				
IBX-50				
IGC				
IGC				

	Patrimônio Líquido 31/12/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Dezembro - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 43.219.170,93	3,32%	17,30%	17,30%	0,58	12,77%
	R\$ 29.418.781,41	3,29%	1,75%	1,75%	-0,28	20,17%
	R\$ 36.338.341,38	3,25%	-6,21%	-6,23%	-0,83	17,16%
	R\$ 13.192.540,02	3,15%	5,32%	5,31%	-0,14	17,96%
	R\$ 157.886.471,97	3,14%	7,35%	7,20%	-0,05	17,23%
	R\$ 259.300.811,79	3,13%	-2,16%	64,62%	-0,48	19,79%
	R\$ 3.618.033,32	3,10%	2,20%	2,19%	-0,35	16,53%
	R\$ 14.877.620,14	3,02%	21,17%	21,16%	0,90	11,74%
	R\$ 71.956.938,77	2,93%	-3,09%	-3,10%	-0,47	21,62%
	R\$ 51.124.900,37	2,84%	1,71%	1,70%	-0,28	19,95%
	R\$ 25.728.958,86	2,73%				
	R\$ 31.348.280,21	2,73%	-2,75%	-2,76%	-0,67	16,09%
	R\$ 95.603.542,30	2,72%	0,48%	0,48%	-0,34	20,29%
	R\$ 38.385.378,62	2,67%	-3,91%	98,18%	-0,65	17,93%
	R\$ 99.578.519,63	2,53%	6,35%	6,35%	-0,08	18,71%
	R\$ 31.090.936,44	2,48%	1,60%	1,60%	-0,28	20,44%
	R\$ 45.527.345,02	2,44%	3,08%	3,08%	-0,23	19,18%
	R\$ 80.091.890,28	2,41%	17,30%	17,30%	0,57	13,20%
	R\$ 244.375.745,12	2,37%	1,40%	1,40%	-0,31	19,39%
	R\$ 169.632.140,46	2,30%	0,42%	0,42%	-0,34	20,15%
	R\$ 19.067.744,86	2,26%	0,09%	80,25%	-0,36	20,15%
	R\$ 54.162.422,71	2,20%	-8,45%	-8,47%	-0,87	18,78%
	R\$ 20.173.278,17	2,13%	-0,96%	-0,97%	-0,41	20,14%
	R\$ 34.515.071,33	2,11%	0,52%	0,51%	-0,36	19,48%
	R\$ 174.523.089,55	2,11%	-1,11%	-1,12%	-0,42	20,05%
	R\$ 255.319.962,46	2,04%	-3,12%	71,66%	-0,52	20,24%
	R\$ 257.753.970,04	1,99%	9,45%	9,45%	0,08	20,07%
	R\$ 152.555.889,42	1,97%	-3,03%	-3,05%	-0,52	20,17%
	R\$ 20.574.798,16	1,78%	-3,02%	-3,04%	-0,54	19,62%
	R\$ 10.164.733,78	1,72%	-0,33%	-0,33%	-0,37	20,59%
	R\$ 2.823.524,27	1,65%	6,71%	56,19%	-0,07	17,67%
	R\$ 379.795.815,88	1,54%	10,94%	10,93%	0,15	17,59%
	R\$ 21.870.984,48	1,35%	-10,10%	-10,11%	-0,92	19,69%
	R\$ 33.236.620,27	1,29%	-8,58%	-8,58%	-0,80	20,42%
	R\$ 119.513.906,14	1,10%	1,18%	1,18%	-0,30	20,21%
	R\$ 359.413.764,86	1,08%	8,38%		0,03	19,15%
	R\$ 27.111.369,91	1,00%	-14,86%	-14,87%	-0,95	23,75%
	R\$ 17.157.536,14	0,54%	7,59%	7,58%	0,00	19,72%
	R\$ 51.056.020,31	0,41%	-15,15%	-15,16%	-0,94	24,27%
	R\$ 60.264.548,70	-0,20%	11,76%	84,78%	0,19	18,61%
	R\$ 26.971.617,24	-0,70%	13,49%	79,89%	0,27	19,17%
	R\$ 139.937.856,12	-0,78%	6,72%	6,71%	-0,01	22,58%
	R\$ 34.994.508,61	-0,95%	8,01%	8,01%	0,08	28,10%
	R\$ 156.672.489,70	-1,15%	-8,68%	-8,69%	-0,79	20,74%
		2,36%	1,04%	1,04%	-0,31	20,16%
		3,47%	2,62%	2,62%	-0,25	19,44%
		3,74%	0,75%	0,75%	-0,32	20,40%
		1,05%	12,54%	12,54%	0,23	18,77%
		3,46%	13,79%	30,83%	0,99	20,08%

RENTA FIXA

Nome	Classificação Anbima	Benchmark	Início do fundo	
SCHRODER RPPS IMA-B FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	3/29/10	
BTG PACTUAL IMA B FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	7/23/08	
SUL AMÉRICA INFLATIE FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa	IMA-B	7/11/08	
ITAÚ INSTITUCIONAL INFLAÇÃO FIC RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	11/26/09	
UNIBANCO ÍNDICE DE PREÇOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	10/17/02	
BRADESCO IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	2/17/10	
BRADESCO IMA-B FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	1/7/08	
BNP PARIBAS INFLAÇÃO FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	10/7/02	
SANTANDER IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	12/9/09	
BB RPPS ATUARIAL MODERADO FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Renda Fixa	IMA-B	3/9/06	
BB RPPS ATUARIAL CONSERVADOR FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Renda Fixa	IMA-B	7/24/05	
BES FIX INFLATION FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa Índices	IMA-B	4/4/00	
CAIXA BRASIL IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	3/8/10	
CAIXA NOVO BRASIL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	Renda Fixa	IMA-B	10/27/09	
BANRISUL PATRIMONIAL FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa	IMA Geral	6/3/02	
PARANÁ EXECUTIVO FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA Geral	2/21/00	
BRADESCO IMA GERAL FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA Geral	4/30/07	
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa Índices	IMA Geral	7/8/10	
CAIXA BRASIL SUPREMO TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa Índices	IMA-B 5	7/9/10	
BNP PARIBAS SPIN FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa	IMA Geral	9/1/06	
BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa	IMA Geral	9/3/07	
BB RPPS CONSERVADOR FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Renda Fixa	IRF-M	12/8/04	
BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL II FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa	IMA Geral	8/29/08	
HSBC ATIVO REGIMES PRÓPRIOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	Híbrido	2/8/10	
ITAÚ INSTITUCIONAL PRÉ-FIXADO FIC RENDA FIXA LP	Renda Fixa	IRF-M	11/26/09	
BTG PACTUAL FIX FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IRF-M	12/1/00	
SAFRA IMA FIC RENDA FIXA	Renda Fixa Índices	IMA-B 5	12/21/09	
MERCATTO TOP FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	Renda Fixa Médio e Alto Risco	CDI	8/31/01	
XP INVESTOR FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	Renda Fixa Médio e Alto Risco	CDI	11/3/09	
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	CDI	2/10/06	
CAIXA ALIANÇA FI RENDA FIXA	Renda Fixa	CDI	11/1/05	
CAIXA RS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	7/18/05	
SAFRA EXECUTIVE 2 FI RENDA FIXA	Renda Fixa Índices	IRF-M I	6/26/09	
BRADESCO IRF-M I FI RENDA FIXA	Renda Fixa Índices	IRF-M I	6/30/10	
SUL AMÉRICA EXCELLENCE FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	Renda Fixa	CDI	6/21/02	
CAIXA BRASIL SOBERANO FI RENDA FIXA	Renda Fixa Índices	IRF-M	5/28/10	
BRADESCO IRF-M I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa Índices	IRF-M I	7/2/10	
ITAÚ SOBERANO MULTI ÍNDICES FI RENDA FIXA	Renda Fixa	Híbrido	9/6/07	
SAFRA INDEX 10 FIC RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	7/1/02	
CONCÓRDIA EXTRA FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	Renda Fixa	CDI	4/1/96	
BB RPPS LIQUIDEZ FIC RENDA FIXA	Renda Fixa	IRF-M I	12/8/09	
SANTANDER IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	Renda Fixa Índices	IRF-M	5/7/10	
BNP PARIBAS FIX IRFM I FI RENDA FIXA	Renda Fixa Índices	IRF-M I	8/17/10	
CDI				
IGP-M				
IMA-B				
IMA-B 5				
IMA Geral				
IRF-M I				
IRF-M				

	Patrimônio Líquido 31/12/2010	Retorno			Sharpe nos ultimos 12 meses	Volatilidade nos ultimos 12 meses
		No mês Dezembro - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 186.700.196,33	3,72%	-0,69%	-0,70%	-0,38	20,64%
	R\$ 114.904.725,38	2,58%	16,84%	16,89%	2,12	2,97%
	R\$ 175.879.620,00	2,55%	16,96%	17,00%	1,88	3,42%
	R\$ 857.880.123,96	2,35%	16,24%	16,28%	1,82	3,19%
	R\$ 73.638.868,19	2,34%	14,42%	14,46%	1,72	2,45%
	R\$ 1.429.334.033,33	2,34%	16,76%	16,81%	2,02	3,09%
	R\$ 1.429.334.033,33	2,34%	16,76%	16,81%	2,02	3,09%
	R\$ 130.956.418,31	2,31%	16,75%	16,80%	1,95	3,19%
	R\$ 1.309.813.870,20	2,27%	15,92%	15,97%	1,78	3,10%
	R\$ 1.920.912.653,32	2,25%	14,44%	14,48%	1,54	2,74%
	R\$ 7.111.217.997,40	2,24%	14,51%	14,55%	1,59	2,70%
	R\$ 19.295.052,19	2,04%	15,80%	15,85%	1,57	3,47%
	R\$ 4.054.334.027,49	1,97%				
	R\$ 2.624.419.208,00	1,87%	14,61%	14,65%	1,89	2,31%
	R\$ 485.957.393,24	1,46%	10,65%	10,69%	0,69	1,20%
	R\$ 79.803.830,08	1,44%	10,62%	10,63%	0,76	1,02%
	R\$ 694.796.756,34	1,39%	12,56%	12,60%	2,18	1,17%
	R\$ 232.062.811,27	1,36%				
	R\$ 159.116.052,15	1,34%				
	R\$ 192.464.212,17	1,31%	12,94%	12,98%	2,23	1,29%
	R\$ 294.062.848,63	1,26%	12,47%	12,52%	2,13	1,15%
	R\$ 1.715.538.705,00	1,13%	11,10%	11,13%	1,00	1,23%
	R\$ 255.919.338,66	1,12%	12,63%	12,66%	1,90	1,36%
	R\$ 351.464.060,18	1,12%				
	R\$ 161.239.296,50	1,11%	11,29%	11,32%	1,04	1,35%
	R\$ 30.281.382,53	1,09%	10,27%	10,30%	0,38	1,24%
	R\$ 158.203.966,55	1,03%	11,89%	11,93%	1,88	1,03%
	R\$ 258.400.213,99	1,03%	10,47%	10,51%	3,77	0,17%
	R\$ 55.495.063,59	0,97%	10,52%	10,56%	3,47	0,20%
	R\$ 2.804.795.959,67	0,97%	10,06%	10,10%	1,67	0,17%
	R\$ 650.415.131,07	0,97%	10,09%	10,13%	1,76	0,18%
	R\$ 711.876.850,50	0,96%	10,03%	10,07%	1,54	0,17%
	R\$ 236.260.325,04	0,96%	10,21%	10,24%	8,06	0,05%
	R\$ 393.258.673,02	0,96%				
	R\$ 568.600.382,68	0,95%	10,05%	10,08%	4,47	0,06%
	R\$ 377.130.323,94	0,95%				
	R\$ 16.719.901,27	0,95%				
	R\$ 77.766.919,48	0,94%	9,64%	9,68%	-0,49	0,19%
	R\$ 76.007.724,40	0,94%	10,74%	10,78%	0,88	1,03%
	R\$ 217.367.412,90	0,93%	9,83%	9,87%	1,30	0,06%
	R\$ 1.097.830.344,45	0,93%	11,33%	11,37%	1,66	0,86%
	R\$ 202.807.769,60	0,92%				
	R\$ 12.215.509,00	0,92%				
		0,93%	9,75%	9,79%	0,00	0,05%
		0,69%	11,32%	11,31%	5,06	0,27%
		2,39%	17,04%	17,04%	2,04	3,17%
		1,38%	13,04%	13,04%	2,01	1,46%
		1,39%	12,98%	12,98%	2,33	1,24%
		0,96%	10,37%	10,41%	1,77	0,32%
		1,16%	11,87%	11,87%	1,40	1,35%

MULTIMERCADOS

Nome	Classificação Anbima	Benchmark	Início do fundo	
BRADESCO GOLDEN PROFIT DINÂMICO FIC MULTIMERCADO	Balanceados	CDI	7/1/97	
MERCATTO DIFERENCIAL 30 FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	8/7/07	
MERCATTO DIFERENCIAL FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	9/23/98	
BRADESCO PLUS I FI MULTIMERCADO	Multimercados Juros e Moedas	CDI	11/3/99	
HSBC XIAN INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	8/31/01	
CONCÓRDIA FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	5/22/01	
BRADESCO GOLDEN PROFIT MODERADO FIC MULTIMERCADO	Balanceados	CDI	7/8/97	
HSBC MULTIFUNDOS FIC MULTIMERCADO	Multimercados Multigestor	CDI	9/15/05	
BTG PACTUAL LOCAL INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	10/1/02	
INFINITY INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	2/27/03	
IB INSTITUTIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	Multimercados Juros e Moedas	CDI	1/9/02	
BB REGIME PRÓPRIO FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	3/2/09	
BTG PACTUAL INSTITUCIONAL DINÂMICO FI MULTIMERCADO	Multimercados Juros e Moedas	CDI	7/19/99	
XP MODERADO FIC MULTIMERCADO	Multimercados Multigestor	CDI	10/1/09	
BRADESCO GOLDEN PROFIT CONSERVADOR FIC MULTIMERCADO	Balanceados	CDI	11/28/96	
XP INVESTOR FIC MULTIMERCADO	Multimercados Multigestor	CDI	1/29/07	
VOTORANTIM EAGLE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	Multimercados Juros e Moedas	CDI	10/16/95	
MERCATTO DIFERENCIAL INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	9/3/02	
BTG PACTUAL HEDGE INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	7/1/03	
MODAL INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Macro	CDI	11/18/04	
CAIXA BRASIL FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	1/6/09	
SAFRA CARTEIRA INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	1/31/07	
BNP PARIBAS SMART FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	9/14/98	
MAPFRE INVERSION FI MULTIMERCADO	Multimercados Macro	CDI	1/9/06	
GRAU SAVANA INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	3/3/97	
CLARITAS INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	6/22/09	
SUL AMÉRICA INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Macro	CDI	6/17/05	
VOTORANTIM DINÂMICO FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	1/4/96	
MAPFRE INVERSION INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Macro	CDI	10/9/08	
CDI				

FIDCs

Nome	Classificação Anbima	Benchmark	Início do fundo	
TREND BANK MULTICREDIT FIDC SÊNIOR SÉRIE I	Direitos Creditórios	Não definido	10/27/09	
OURINVEST SUPPLIERCARD FIDC SÊNIOR I	Direitos Creditórios	115% do CDI	6/27/07	
MASTER PANAMERICANO CDC VEÍCULOS FIDC SÊNIOR	Direitos Creditórios	112% do CDI	10/13/03	
BCSUL VERAX CPP ABERTO 360 FIDC SÊNIOR	Direitos Creditórios	110% do CDI	8/4/04	
RURAL PREMIUM FIDC SÊNIOR	Direitos Creditórios	Não definido	12/11/03	
BCSUL VERAX CPP 180 ABERTO FIDC SÊNIOR	Direitos Creditórios	107% do CDI	6/25/04	
BV FINANCEIRA I FIDC SÊNIOR	Direitos Creditórios	101% do CDI	6/28/06	
CDI				

	Patrimônio Líquido 31/12/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Dezembro - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 170.637.935,66	1,24%	4,06%	4,07%	-0,73	7,03%
	R\$ 177.620.060,21	1,20%	8,86%	8,90%	-0,35	2,22%
	R\$ 44.813.488,76	1,13%	8,91%	8,94%	-0,48	1,59%
	R\$ 1.383.105.470,46	1,03%	10,63%	10,67%	5,42	0,15%
	R\$ 128.117.850,62	1,01%	9,27%	9,31%	-1,10	0,40%
	R\$ 66.241.094,64	1,01%	10,36%	10,40%	2,28	0,24%
	R\$ 125.120.227,72	1,01%	4,89%	4,91%	-1,03	4,31%
	R\$ 20.059.739,75	0,99%	9,12%	9,17%	-0,90	0,62%
	R\$ 16.847.743,03	0,98%	12,55%	12,59%	1,98	1,28%
	R\$ 156.490.197,00	0,98%	10,73%	10,76%	1,68	0,53%
	R\$ 755.402.781,71	0,95%	10,26%	10,29%	3,04	0,15%
	R\$ 43.142.270,20	0,94%	9,92%	9,96%	0,38	0,42%
	R\$ 365.589.863,94	0,91%	10,01%	10,05%	1,16	0,20%
	R\$ 2.010.795,71	0,89%	9,95%	9,98%	0,54	0,34%
	R\$ 65.179.888,86	0,89%	5,56%	5,58%	-1,33	2,90%
	R\$ 13.217.170,29	0,89%	9,55%	9,58%	-2,33	0,08%
	R\$ 64.930.261,33	0,88%	10,37%	10,40%	4,56	0,12%
	R\$ 159.231.088,20	0,88%	8,34%	8,37%	-1,85	0,70%
	R\$ 20.968.067,36	0,85%	10,19%	10,22%	0,86	0,46%
	R\$ 150.515.239,74	0,85%	8,06%	8,10%	-3,74	0,41%
	R\$ 9.559.988,92	0,83%	8,41%	8,44%	-1,82	0,68%
	R\$ 1.203.226.018,46	0,83%	9,97%	10,01%	0,24	0,84%
	R\$ 58.156.379,88	0,80%	8,35%	8,39%	-2,33	0,55%
	R\$ 507.704.023,70	0,79%	11,24%	11,27%	0,75	1,80%
	R\$ 23.238.327,68	0,76%	9,17%	9,19%	-0,53	1,02%
	R\$ 328.558.590,43	0,71%	11,92%	11,95%	2,29	0,86%
	R\$ 64.273.413,88	0,70%	9,30%	9,34%	-0,52	0,77%
	R\$ 55.999.601,12	0,64%	8,70%	8,73%	-1,33	0,72%
	R\$ 20.921.981,72	0,62%	11,41%	11,44%	0,51	3,02%
		0,93%	9,75%	9,79%	0,00	0,05%

	Patrimônio Líquido 31/12/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Dezembro - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 60.397.001,34	1,11%	11,85%		30,20	0,06%
	R\$ 140.383.867,60	1,07%	11,28%	11,33%	23,60	0,06%
	R\$ 659.666.958,37	1,04%	10,97%	11,01%	19,36	0,06%
	R\$ 341.822.482,79	1,04%	10,79%	10,83%	16,37	0,06%
	R\$ 112.818.934,08	1,04%	10,86%	10,73%	14,46	0,07%
	R\$ 28.254.510,08	1,02%	10,49%	10,53%	11,86	0,06%
	R\$ 283.408.244,04	0,94%	9,84%	9,88%	1,66	0,05%
		0,93%	9,75%	9,79%	0,00	0,05%

As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela QUANTUM, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário.

Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL).

Fonte: Quantum Axis.



Eis os dados para contato com as pessoas entrevistadas nas reportagens desta edição de *Previdência Nacional*. Se encontrar alguma dificuldade, por favor entre em contato conosco:

previdencianacional@patriaeditora.com.br

Alexander Mognon

(Pág. 28)
Fuprem/Apeprem
Telefone: (11) 4126-3810

Alexandra Pereira da Silva

(Pág. 40)
Governo do DF
Telefone: (61) 3901-2392

Aldo José da Silva

(Pag. 23)
Bradesco
Telefone: (11) 2178-6540

Álvaro da Luz

(Pág. 28)
Somma Investimentos
Telefone: (48) 3225-7525

Antônio Correia de Lacerda

(Pág. 23)
PUC-SP
Telefone: (11) 3908-2695

Carlos Henrique Flory

(Pág. 33)
SPPrev
Telefone: (11) 3214-9091

Claudio Gil Soares de Araújo

(Pág. 50)
Clinimex
Telefone: (21) 2256-7183

Eleni Dantas

(Pág. 40)
Governo do AP
Telefone: (96) 3131-2288

Garibaldi Alves Filho

(Pág. 15)
MPS
Telefone: (61) 3303-2377

Irani Lourenço Cruz Rodrigues

(Pág. 46)
Assoc. dos Funcionários Públicos
São Bernardo do Campo-SP
Telefone: (11) 3531-4359

Irene da Rocha

(Pág. 50)
Blog esporteterceiraidade.zip.net
e-mail: agenteirene@gmail.com

Irene de Azevedo Chaves

(Pág. 40)
PEP/MPS
Telefone: (61) 2021-5113

Jankiel Santos

(Pág. 23)
BES Investments
Telefone: (11) 3074-7040

João Figueiredo

(Págs. 23, 28)
E-Ternum Investimentos
Telefone: (11) 7494-1313

João Potenciano

(Pág. 33)
Goiás Prev
Telefone: (62) 3238-2588

José de Anchieta Batista

(Pág. 33)
Acre Previdência
Telefone: (68) 3212-7700

Karina Spechoto

(Pág. 37)
SPPrev
Telefone: (011) 2902-6909

Lidiane Tomaz Santana

(Pág. 40)
Colégio Estadual Olavo Bilac
Telefone: (62) 3271-4082

Lúcia Helena Vieira

(Págs. 15, 18)
Apeprem
Telefone: (11) 4125-7614

Luciana Barbosa da Silva Gomes

(Pág. 40)
Colégio Estadual José Lobo
Telefone: (62) 3271-6159

Luciano de Sant Anna dos Santos

(Pág. 46)
Governo do RJ
Telefone: (21) 2333-0700

Mauro José da Silva

(Pág. 46)
SECAD
Telefone: (61) 2022-9122

Milca Severino Pereira

(Pág. 40)
Governo de Goiás
Telefone: (62) 3201-3000

Paulo Di Blasi

(Pág. 28)
IBMEC-RJ
Telefone: (21) 2197-4833

Roberta Cabral Medeiros

(Pág. 10)
Abipem
e-mail: roberta.cabralmedeiros@gmail.com

Valnei Rodrigues

(Págs. 10, 15, 18, 28)
Abipem
Telefone: (51) 3594-916

Walter Franco

(Pág. 33)
Igeprev-PA
Telefone: (91) 3246-2007



MIRAE ASSET

Especialista em Mercados Emergentes

Para uma visão mais detalhada sobre os Mercados Emergentes, você pode contar com os serviços de gestão da Mirae Asset – uma das maiores investidoras em Ações de Mercados Emergentes. Desde a nossa fundação, alcançamos um crescimento significativo a partir de nossas raízes na Ásia, graças à sólida experiência local e comprovada expertise na gestão de investimentos.

Nossas decisões de investimento são fundamentadas em análise criteriosa dos mercados e empresas, buscando oportunidades de investimento em ações com elevado potencial de geração de valor. Além disso, por estarmos presentes nos principais mercados onde investimos, temos vantagens competitivas na identificação de tendências e de oportunidades regionais.

- * A MIRAE ASSET foi considerada Melhor Gestora de Fundos de Ações em Mercados Emergentes em 2009 pela AsianInvestor¹.
- * Uma das Maiores Investidoras em Ações em Mercados Emergentes (Fonte: pesquisa IPE sobre Mercados Emergentes²).

Para mais informações, ligue (11) 2789-2000.

Ouvidoria Mirae Asset Securities (Brasil) CTVM: 0800 601 2789

Mirae Asset Global Network

Brasil • Hong Kong • Coreia • Vietnã • Índia • Inglaterra • Estados Unidos • China

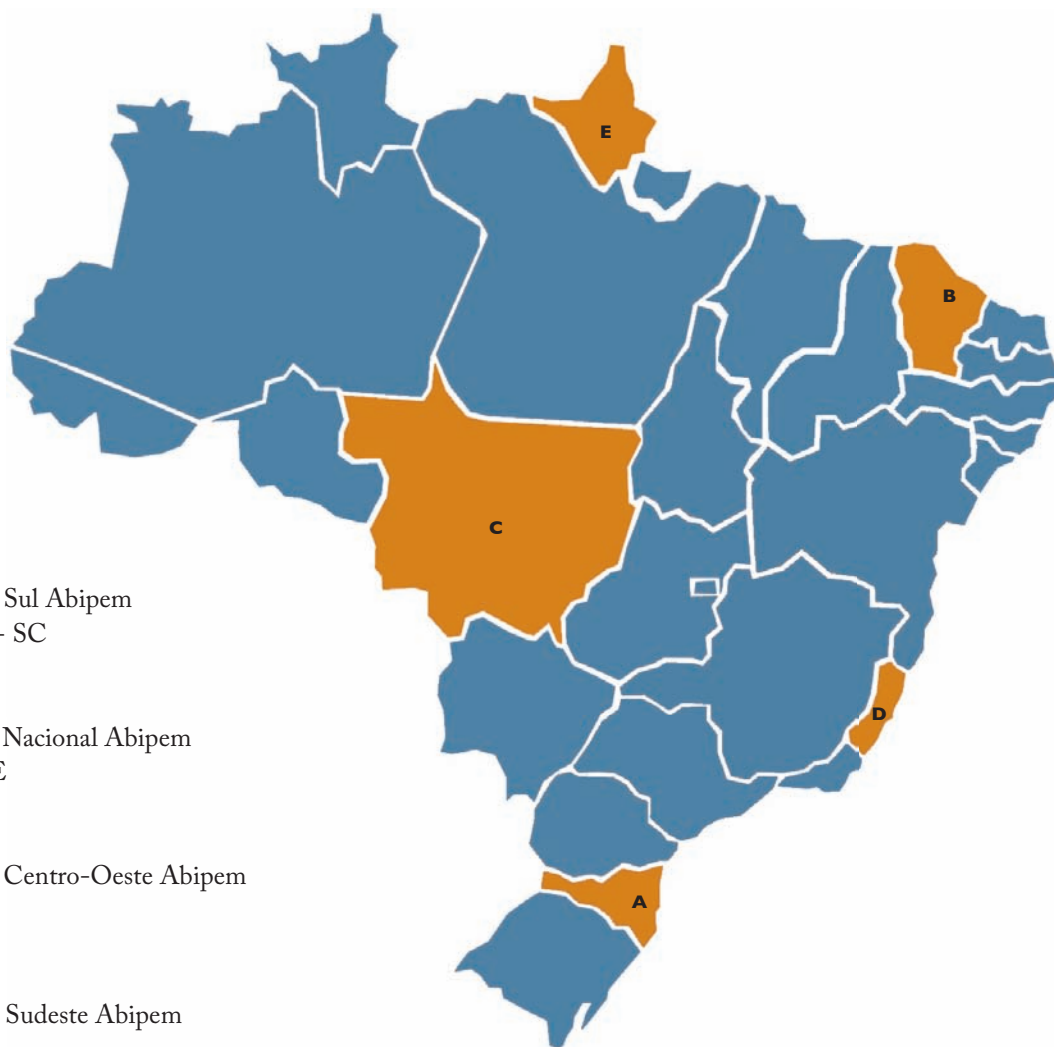


A Mirae Asset Global Investimentos (Brasil) não comercializa nem distribui quotas de fundos de investimento ou qualquer outro ativo financeiro. As informações contidas neste material não constituem uma oferta ou recomendação para compra ou venda de quotas de qualquer fundo de investimento gerido pela Mirae Asset ou de quaisquer outros valores mobiliários. Fundos de investimento não contam com a garantia da instituição administradora, do gestor da carteira ou do FGC - Fundo Garantidor de Créditos. Rentabilidade passada não é garantia de

rentabilidade futura. Ao aplicar seus recursos é recomendada a leitura cuidadosa do Prospecto e do Regulamento do Fundo. ¹AsianInvestor Magazine é uma publicação mensal impressa e on-line de prestígio, voltada para a indústria de gestão de recursos da Ásia. Lançada em 2000, é uma das publicações financeiras de maior circulação da região. Website: www.asianinvestor.net. Os prêmios anuais são entregues às empresas de melhor desempenho em ações locais em mercados específicos da Ásia, no exercício anterior. ²IPE Survey: A Emerging Market Survey é uma pesquisa anual, da revista IPE (Investment and Pensions Europe), que aborda diferentes classes de ativos em cada edição. O objetivo da pesquisa é identificar players no mercado que ofereçam esta classe especializada de investimentos a investidores institucionais europeus. A IPE é uma revista mensal e seu público-alvo são os gestores de fundos da Europa.

MIRAE ASSET
Building on principles

Agenda de eventos da Abipem e da Apeprem



Março

A - Seminário Sul Abipem
Florianópolis - SC

Junho

B - Congresso Nacional Abipem
Fortaleza - CE

Agosto

C - Seminário Centro-Oeste Abipem
Cuiabá - MT

Outubro

D - Seminário Sudeste Abipem
Vitória - ES

Novembro

E - Seminário Norte Abipem
Macapá - AP

OBS: Os dias serão definidos posteriormente.



Nosso
compromisso
é proteger o
seu negócio.

ESET NOD32 Antivirus 4

Rápido, Efetivo, Pró-Ativo, Antivírus e Antispyware

Nossa premiada tecnologia pró-ativa garante a mais efetiva proteção contra vírus, spyware e outras ameaças da internet. O ESET NOD32 bloqueia a maioria das ameaças no momento em que elas são lançadas, evitando a contaminação instantânea, comum aos produtos concorrentes. Com uma operação simples e rápida, nós mantemos a produtividade de seus usuários e economizamos tempo de seu helpdesk.

www.eset.com.br

copyright© 1992-2010 por ESET, LLC e ESET, spol s.r.o. Todos os direitos reservados.



PEM CAIXA.
Soluções sob medida
para a previdência
de estados e municípios.

CAIXA. O banco dos regimes próprios de previdência social.

A CAIXA oferece um portfólio completo de produtos e serviços voltados para os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Aqui você encontra soluções sob medida em avaliação atuarial, orientação técnico-jurídica e organizacional, recadastramento dos segurados ativos, inativos, pensionistas e dependentes, recursos para capitalização do RPPS pela cessão de *royalties*, consultoria e cursos que ajudam a modernizar o regime previdenciário e promover o equilíbrio e ajustes das contas do seu estado ou município. Se o seu município ainda não possui RPPS, a CAIXA presta toda a assessoria necessária para a sua constituição. E, para quem busca rentabilidade na gestão de investimentos, a CAIXA possui uma ampla carteira de fundos dedicados aos RPPS. Com vantagens para os gestores e servidores públicos, o PEM CAIXA tem muito a contribuir com todos que querem crescer com consistência e sustentabilidade. Fale com o gerente da CAIXA.



caixa.gov.br

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Informações, reclamações, sugestões e elogios

0800 726 2492 - Atendimento a pessoas com

deficiência auditiva ou de fala

0800 725 7474 - Ouvidoria

CAIXA